

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 20 | Nº 272 | MAIO E JUNHO DE 2023

ENTREVISTA

Muniz Sodré explica por que o racismo no Brasil, conceitualmente, é sistemático e não estrutural p.04



Foto: Reprodução



Foto: Arto de Fabio Ely Alves sobre foto de Freepik

ESPECIAL

Como as *big techs* do norte global transformaram as informações das pessoas, dos governos, das universidades e empresas em ativos mais lucrativos do que o petróleo p.14

O colonialismo de dados

Nesta edição:



ECONOMIA

O país ficou refém do Banco Central independente e da sua política de juros altos que favorece a agiotagem dos bancos p.12



AMBIENTE

Segunda substância mais bebida no mundo, o café ganha formas sustentáveis e ecológicas de produção no Brasil p.22

Arte: Fabio Ely Alves

Foto: Igor Spornetto

04 ENTREVISTA

Aos 80 anos, Muniz Sodré explica as diferenças entre o racismo estrutural nos EUA e sistêmico no Brasil

08 ENERGIA

Após 50 anos do acordo entre Brasil e Paraguai sobre Itaipu, como ficará a nova negociação entre os países

11 WEISSHEIMER

O que a filosofia budista tem a dizer sobre a prevenção à violência nas escolas e prevenção a ataques

12 ECONOMIA

Segue a queda de braço entre Banco Central e governo federal, e a população continua pagando a conta dos juros altos

14 ESPECIAL

O novo colonialismo é de dados, dizem especialistas, e comandado pelas *big techs* do Vale do Silício

17 ROLIM

Para fazer a prevenção à violência nas escolas, é preciso se basear em evidências concretas, experiências e estudos confiáveis

18 ENSINO PRIVADO

Os 85 anos do Sinpro/RS, o andamento das negociações salariais, a revisão da vida toda e a *Revista Textual*

23 AMBIENTE

Segunda bebida mais consumida no mundo, o café começa a ser produzido de forma sustentável e ecológica

24 ARTE +

Coletivo de *hip-hop* Poetas Vivos promove conscientização, educação e poesia em escolas e na periferia

EDITORIAL

À monetização de tudo e o colonialismo digital

A discussão acalorada sobre a PL das Fake News no Congresso Nacional desacomodou até mesmo *big techs* como o Google, que resolveu tentar interferir diretamente no debate.

Ao ver ameaçados de regulação o lucrativo negócio que é a distribuição de informações falsas na web e, ainda por cima, o privilégio de ter o poder de decidir o que é e não é verdade para os usuários, a gigante de tecnologia resolveu apontar sua artilharia para a iniciativa do governo brasileiro.

Os executivos do Google sabem que uma regulação neste sentido influenciará outros países pelo mundo e isso limitará seus lucros. Já existem mecanismos no mesmo sentido na Europa, mas o modelo de negócios gera muito dinheiro em democracias frágeis como a brasileira.

Nossa matéria de capa desta edição trata justamente do novo colonialismo ditado pelos gurus do neoliberalismo do Vale do Silício, na Califórnia (EUA). Hoje, meia dúzia de empresas concentradas em poucos quilômetros do território norte-americano colonizam cultural e monetariamente usuários de internet do mundo todo. E, lógico, seus dados também são colonizados a preços mais altos do que os barris de petróleo. O Brasil é um dos mercados mais lucrativos e território fértil para o comércio de informação fajuta na web e captura e controle dos dados dos usuários.

Especialistas dizem que esta é a colonização do século 21. Só a Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, registrou no primeiro trimestre de 2023 uma receita de US\$ 28,6 bilhões e lucro líquido de US\$ 5,7 bilhões, superando todas as estimativas do mercado. As ações dessa *big tech* dispararam mais de 14% nos últimos dias de abril, após a divulgação dos resultados da companhia. Com a valorização, Zuckerberg ficou US\$ 10 bilhões mais rico e ultrapassou o fundador da Zara no ranking mundial da Forbes, tornando-se a 14ª pessoa mais rica do mundo.

Em apenas quatro meses de 2017, Alphabet (a holding dona do Google), Amazon, Apple, Facebook (agora Meta) e a Microsoft faturaram, juntas, US\$ 25 bilhões, o que se assemelha aos ganhos da indústria do petróleo no início do século 20.

Com toda essa concentração de capital e o poderio de distribuição de informação, as *big techs* localizadas no hemisfério norte do planeta, a maioria concentrada no Vale do Silício, promovem o novo colonialismo e não pretendem largar o osso.

E MAIS – Também nesta edição: a queda de braço entre governo e Banco Central; as formas ecologicamente corretas de produzir e consumir café; uma entrevista com Muniz Sodré sobre as origens comuns do fascismo e do racismo no Brasil; os rumos de Itaipu com o novo acordo entre Brasil e Paraguai que está por vir, coletivo de *hip-hop* de Porto Alegre que atua com jovens da periferia e nas escolas.

E ainda: Luis Fernando Verissimo, Fraga, Marco Weissheimer, Marcos Rolim e os quadrinhos e charges de Santiago, Edgar Vasques e Rafael Corrêa.

Boa leitura!



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiário em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Marcelo Menna Barreto, Marcia Anitta, Maurício Brum, Sílvia Lisboa e Stela Pastore

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 23 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

PCC e garimpo ilegal 1

Um dos quatro garimpeiros abatidos por agentes de segurança no dia 30 de abril, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, era integrante de uma facção criminosa com atuação nacional. Embora o Ibama não mencione o nome da facção, o governo dos EUA já apontava, desde 2022, ligações entre a maior quadrilha brasileira de tráfico de drogas, o Primeiro Comando da Capital (PCC), e o garimpo e comércio de ouro ilegal na região.

É justamente essa a linha de investigação adotada e o foco de ações de inteligência do governo federal. A informação foi confirmada pelo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, em coletiva de imprensa em Boa Vista, na noite de 1º de maio.

PCC e garimpo ilegal 2

Segundo o presidente Rodrigo Agostinho, o serviço de inteligência tem encontrado indícios muito fortes de que alguns pontos de garimpo são mantidos com o apoio de organizações criminosas. Isso está sendo investigado. Ele fez parte de uma comitiva do governo federal que esteve em Roraima para monitorar a situação dos yanomami após atentado que deixou um indígena morto e dois feridos no dia 29 de abril.



Pesquisadores desenvolvem algoritmo que projeta futuro de espécies da Amazônia

Com o objetivo de projetar as estratégias de sobrevivência de espécies amazônicas em vista de condições climáticas adversas, pesquisadores da Unicamp, em São Paulo, desenvolveram um algoritmo capaz de realizar previsões potencialmente úteis. Chamado Caetê, termo em tupi-guarani que significa "mata virgem" e sigla para *CARbon and Ecosystem functional-Trait Evaluation model* (modelo para avaliação de características funcionais de carbono e de ecossistema), a ferramenta tem a vantagem de considerar uma diversidade vegetal maior do que outros algoritmos do tipo, o que resulta em previsões mais próximas da realidade.

Se nada for feito para que as emissões de gases de efeito estufa sejam reduzidas, a temperatura do planeta poderá aumentar 3,2°C até 2100, de acordo com as previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

(IPCC, na sigla em inglês). Parece pouco para a sensação térmica cotidiana, mas a mudança nos padrões de chuvas deve afetar o funcionamento de ecossistemas, como a Amazônia, de forma irreversível. No entanto, não é possível apontar uma única consequência geral que as mudanças climáticas podem trazer à floresta. Cada uma das milhares de espécies vegetais desenvolve suas próprias estratégias de sobrevivência, dando origem a uma nova configuração da vegetação.

"A maioria dos algoritmos desenvolvidos até o momento simplifica a diversidade da Amazônia a cerca de três tipos de plantas. Nós incluímos 3 mil tipos em nosso sistema", explica Bianca Rius, doutoranda do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp e uma das desenvolvedoras do Caetê. O sistema cruza dados referentes a condições climáticas, como precipitação, incidência de luz solar e níveis de

gás carbônico na atmosfera, com diferentes características e estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas diversas espécies.

Assim, o algoritmo oferece respostas sobre como o ecossistema se adaptaria em diferentes condições e o que nele se alteraria,

como as taxas de fotossíntese e os locais em que as plantas passariam a estocar mais carbono. A partir da combinação de diferentes dados, o algoritmo pode simular o ponto em que a Amazônia não conseguiria mais recuperar suas características originais.



Foto: João Marcos Rosa/Comunicação AmazonFACE/Divulgação

Pesquisadores do AmazonFACE em trabalho de campo: monitorando os impactos causados pelo aumento da concentração de gás carbônico atmosférico na floresta

O negro no Brasil é um lugar móvel



Fotos: Reprodução/YouTube

por César Fraga

O novo livro de Muniz Sodré *O fascismo da cor* coloca holofotes no racismo brasileiro pós-abolicionista, que está atrelado à emergência do fascismo europeu e com a vigência de uma “forma social escravista” nativa, em que *status* e brancura tomam o lugar das antigas formas de segregação. A obra apresenta quatro premissas. A primeira é que, diferentemente do *apartheid* norte-americano, o racismo não escravagista no Brasil coincide de modo significativo, na passagem do século 19 para o 20, com a emergência das ideias fascistas na Europa, as quais, no início, não aportam em termos políticos, mas principalmente por meio do eugenismo e do eurocentrismo das elites. A segunda, o irônico conceito de “nacional-racismo”, que substitui a antiga segregação colonial por formas novas de exclusão. A terceira abraça a hipótese de que a prática do racismo excludente, de consequências sociais e econômicas para a maioria populacional do país, se dá também pelas interações cognitivas e sensíveis da diversidade de fontes e saberes do que pelas determinações conceituais internas de uma ou mais disciplinas do pensamento social (Economia, Sociologia, etc.). A quarta: o conceito de “forma social escravista” pretende mostrar como o regime anterior de dominação modula-se socioculturalmente para subsistir à abolição econômica, jurídica e política da servidão colonial. É a versão brasileira da fórmula lampedusiana: “Mudar para não mudar”. Sodré conversou com o *Extra Classe* por telefone em uma tarde de abril e aprofundou os principais temas do seu livro.

Muniz Sodré de Araújo Cabral, baiano, de 81 anos, é pesquisador no campo da Comunicação e do Jornalismo. Publicou quase uma centena de livros e artigos na área da Comunicação (jornalismo em especial), mas também livros de ficção e um romance. Algumas obras tornaram-no mais conhecido, como *Monopólio da Fala* e *Comunicação do Grotesco*. É um teórico brasileiro que tem circulação e respeitabilidade no exterior, sendo professor e palestrante em diversas instituições em países como Suécia, França, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Peru, entre outros.

Extra Classe – Uma das questões que mais tem se destacado após o lançamento do seu novo livro *O fascismo da cor* é o debate em torno do racismo estrutural e sistêmico. O senhor poderia explicar essa distinção?

Muniz Sodré – A noção de estrutura para mim é a noção de um sistema mais ou menos fechado. Mais ou menos, porque a estrutura pode ter internamente a base, mas é há também uma noção de uma interdependência de elementos e de patamares. Concretamente, o Estado é uma estrutura que articula elementos jurídicos, políticos e econômicos. Então, é preciso haver correspondência estrutural entre os sistemas econômico, político, jurídico e psicossocial. Sendo assim, a estrutura tem uma coerência interna, apesar de a base ter contradições, a estrutura é uma totalidade. O que eu digo é que o racismo foi estrutural durante o período da escravidão. Foi estrutural na pós-escravidão nos Estados Unidos e na África do Sul, para citar dois exemplos conhecidos. Já no Brasil, a estrutura escravista, que incluía os sistemas jurídico, econômico e político, acabou na abolição. O racismo era parte dessa estrutura. Era a ideologia dessa estrutura. Mas o racismo não tinha de ser tão defendido naquela época, nem tão explicitado, a não ser em círculos intelectuais, porque não precisava. O racismo já tinha os sistemas político, jurídico e econômico sustentando a escravidão, o racismo era natu-

ral. Aquele sujeito trabalhava de graça porque era inferior. Então, é a partir da abolição que começa efetivamente o racismo (fora da estrutura), o racismo institucional.

EC – De que forma?

Muniz Sodré – Ele, o racismo, passa a se dar em nível institucional. As instituições são núcleos-base da sociedade e da sociabilidade. São exemplos a família, a religião, a escola, o exército. Ou seja, instituições como mecanismos de constituição da cidadania por aprendizagem. Uma instituição é uma produção de saber. E é importante fazer distinção entre organizações e instituições. As organizações são as empresas, que produzem para atender às necessidades sociais e visam ao lucro (empresa, produtividade e lucro). Ao mesmo tempo, existem organizações do Estado que não visam ao lucro, mas são provisórias, como o bolsa-família, por exemplo. Dito isso, o racismo pós-abolição não é mais transmitido pela estrutura social, mas pelas instituições: família, religião, escola, exército, grupos de vizinhança. É aí que o racismo se perpetua.

EC – Por isso ele é sistêmico?

Muniz Sodré – Por isso ele é sistemático. Ou seja, ele está em toda parte onde a instituição atua.

EC – Qual é a importância para a luta antirracista em definir com precisão essa questão entre racismo estrutural e sistêmico, saindo um pouco do debate acadêmico e

levando para o dia a dia?

Muniz Sodré – A primeira coisa, se o racismo brasileiro fosse realmente estrutural, não haveria nada que se pudesse fazer a não ser aceitá-lo. Ou então travar uma luta civil, o que não é o caso. Este foi o caso dos Estados Unidos, da África do Sul. Essa fórmula que se deu nesses lugares não encontra condições no Brasil.

EC – Por que nos EUA o racismo ainda é estrutural?

Muniz Sodré – Existem leis racistas em estados do Sul.

EC – A tese do racismo estrutural foi importada dos EUA?

Muniz Sodré – Olha, quem popularizou esse termo no Brasil foi o Silvio Almeida, atual ministro dos Direitos Humanos e Cidadania. Eu li o livro dele e não vi nenhuma citação da noção de estrutura. Não sei se ele faz essa distinção. Mas, sem dúvida nenhuma, essa noção não é brasileira. Por outro lado, não sou especialista em racismo no mundo. Mas, no caso dos EUA, da África do Sul, certamente se enquadra. Ou então, um estado como a Somália, em que a diferença entre grupos étnicos é estrutural e o Estado se configura dessa forma. No Brasil, quando se instituíram as cotas raciais, a argumentação da imprensa e das universidades era de que, dentro de 10 anos, teríamos guerra racial no Brasil, porque se dizia que preto era preto, branco era branco e se tentava dar alguma vantagem aos negros. Ora, já se passaram 20

anos e não houve guerra nenhuma. Aqui o racismo funciona por ambiguidade, em nível institucional, na subjetividade. O principal mecanismo do racismo brasileiro não é o cacetete armado. Não é a lei que exclui, não é a empresa que não emprega negro. O principal mecanismo é a negação. E que tipo de negação? A que exclui o negro como pessoa igual ao branco no comportamento, no pensamento, na emoção. E essa negação atinge tanto o racista quanto o objeto do racismo. Nenhum racista, a não ser os de grupos neofascistas, admite que é racista. É, mas diz que não é. A negação é um mecanismo ao mesmo tempo excludente e ao mesmo tempo defensivo. Isso só é possível fora de uma estrutura. Isso não faz sentido dentro de uma estrutura. Dentro de uma estrutura, você sabe quem é negro e quem é branco. Aqui no Brasil essas escalas são móveis, tanto que as pessoas mudam de cor em registro de nascimento, em declaração do censo nas políticas de cotas ou por autodeclaração de políticos. Tem o exemplo gritante do que aconteceu no Congresso Nacional, onde 80 pessoas, entre deputados e senadores, mudaram de cor. Se autodeclararam pardos, negros ou indígenas para preencher as cotas partidárias. O ACM Neto foi outro caso nessa linha. O que quero dizer com isso? Que no Brasil o negro é um lugar móvel.

EC – Por que o negro é um lugar?

Muniz Sodré – Em topologia, o lugar não é físico, mas uma posi-

Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br

Unimed | CCG Saúde | Notre-Dame Médica | UNIODONTO | sinprosaúde | SINPRO/RS Sindicato Cidadão

ção ocupada matematicamente dentro de um espaço. Por isso, é possível que um branco ocupe o lugar de um negro. Ele pode fazer isso quando compõe, quando sente. Você pega o Paulo Vanzolini – compositor de ‘Ronda’, ‘Volta por Cima’ e ‘Na Boca da Noite’ – por exemplo, o sambista. As músicas do Vanzolini são músicas de preto. Ele escrevia e compunha como um autor negro e ele era um descendente de italianos, branco e cientista do Butantã até morrer. Mas, olhando para as composições, a gente diria que era negro, porque o negro é uma posição.

EC – E o senhor?

Muniz Sodré – Concretamente, em relação a mim, eu me declaro negro. Sou mestiço, mulato. Nos EUA eu sou negro, sem dúvida. No Brasil, é ambíguo. Eu tenho negro por parte de pai, a mãe do meu pai era escrava africana, por parte de mãe indígena, por conta do meu avô materno. E a mãe da minha mãe era cigana. Então eu sou muito perto de negro, indígena e cigano. Por uma escolha pessoal e pertencimento cultural, me declaro negro.

EC – Chamam de miscigenação. É correto esse conceito?

Muniz Sodré – Vou responder com uma pergunta. Se um americano branco e uma francesa branca se casam, eles são miscigenados? Não são considerados miscigenados por serem brancos. Mas pela aplicação do conceito, seriam. Ou um russo e um finlandês? Talvez o finlandês considere. Mas pela aplicação do conceito, seriam. Então, certa vez estava na China com a minha esposa. Em uma loja, eu estava falando um pouco de mandarim e uma moça ficou irritada porque eu negociava preços. Ela disse, então, que eu deveria ser mestiço de coreano com chinês. Esse conceito de miscigenação, portanto, é um conceito racista. Quando se vê o outro como miscigenado, é sempre a partir de uma posição hegemônica e superior. Geralmente, é referido como miscigenado o preto com branco ou índio com branco, mas, na verdade, a ideia biológica de miscigenação é de uma simbiose

generalizada. O termo mestiço é a mesma coisa.

EC – Quando o senhor diz que os EUA têm na sua guerra civil um evento fundacional inesgotável de destruir para construir como alavanca do capitalismo, ainda hoje a guerra como mola propulsora do capital é uma ideia que se renova. Como isso se dá? E de que forma a apologia da guerra interfere na organização humana no mundo e como isso reflete em estrutura e sistemas de opressão?

Muniz Sodré – O trabalho e a guerra são dois elementos estruturantes da cultura e da vida norte-americana. Em 250 anos de democracia, os Estados Unidos passaram apenas 16 anos sem participar de conflitos internos ou externos. É uma nação guerreira cujo seu evento fundacional é um conflito que matou entre 680 mil e 780 mil pessoas numa guerra civil colossal e mortífera. Isso sem falar no extermínio dos indígenas, boa parte de fome ao abaterem 50 milhões de búfalos que eram fonte de alimento das tribos. E depois, no resto do mundo, impondo uma cultura que sai exterminando gente em nome da democracia e dos direitos universais do homem. Houve casos de limpeza racial praticada pelos norte-americanos fora dos EUA, não só tentativas de exterminar negros. No começo do século 20, pelo menos 10% da população filipina foi morta por norte-americanos (entre 250 mil e um milhão de civis). Os Estados Unidos é um grande país do ponto de vista da cultura universitária, do desenvolvimento de tecnologia, da música popular, do cinema. Mas é um país de exterminadores, de guerreiros, de matadores. E esse sentimento de fazer uma sociabilidade pela morte é muito pesado para o inconsciente coletivo. Eu não encontro nenhuma explicação para esses crimes seriais e massacres, senão a busca de uma sociabilidade para o perdedor por meio do fundamento deles, que é a guerra. Aliás, uma guerra permanente e uma cultura bélica.

EC – A guerra permanente é reflexo de um estado paranoico ou o estado paranoico produz a

“Os Estados Unidos é um grande país do ponto de vista da cultura universitária, do desenvolvimento de tecnologia, da música popular, do cinema. Mas é um país de exterminadores, de guerreiros, de matadores”

guerra permanente?

Muniz Sodré – Eu diria que neste caso o Estado é paranoico no sentido de o tempo inteiro ver no resto do mundo quem não é aliado como inimigo. Se eu tivesse de fazer um livro que fosse uma extensão do capítulo *A paranoia americana*, eu não buscaria nos livros de Antropologia e Sociologia. Eu buscaria no romance popular norte-americano de espionagem, que talvez seja para mim a maior fonte de informação. Toda literatura de espionagem norte-americana que envolve o FBI, a CIA, as agências do Tesouro norte-americano é uma literatura paranoide. É sempre uma literatura em que os EUA está sendo ameaçado por um estrangeiro. Isso pode ser durante a Guerra Fria, o narcotráfico, os árabes, a China, a Venezuela. Sempre há um inimigo constituído que ameaça.

EC – Essa paranoia faz o norte-americano branco ver o norte-americano negro como um estrangeiro dentro do próprio país?

Muniz Sodré – Não tanto como um estrangeiro, mas como um intruso. Como alguém que não deveria estar ali. É um pouco pior do que um estrangeiro. Porque o estrangeiro pode ser aquele que visita e até seja acolhido. Não é o caso. O intruso é aquele que visita e quer ficar e participar. E esse intruso, portanto, com sua permanência se torna monstruoso. O monstro não é o estrangeiro nem o desconhecido, mas um conhecido que a gente desconhece. A gente pega a imagem do Frankenstein, ele é um monstro. Mas, no entanto, ele tem toda a forma de um homem. No



entanto, ele é um conhecido, que é um homem, mas que se desconhece da forma como ele se apresenta. Então passamos a ter medo desse conhecido que a gente desconhece. Assim é o medo do negro.

EC – Qual é a raiz bíblica e/ou mítico-religiosa do racismo, que vai do antissemitismo à discriminação dos povos africanos?

Muniz Sodré – Este mito está no Pentateuco. Um dos filhos de Noé, Canaã, é amaldiçoado e gerador das pessoas da cor negra. Ele desobedece a Noé e recebe esta maldição. E seria este estigma negativo que geraria os negros e os africanos. Há uma fundamentação bíblica para este ódio, que é o grande mal-estar civilizatório do século 20 e continua no século 21.

EC – A partir da ascensão das igrejas evangélicas de matriz norte-americana, houve uma influência do racismo norte-americano no racismo brasileiro e, por consequência, uma ofensiva contra as culturas e religiões afro?

Muniz Sodré – Isso surge com o crescimento do neopentecostalismo, depois dos anos 1950. Antes disso, os protestantes não tinham muita importância no Brasil. Essas igrejas se popularizaram mais do que as tradicionais, inclusive no meio protestante, como metodistas. Essas igrejas crescem como cogumelos nas periferias das cidades e se baseiam na teologia da prosperidade. Ou seja, incluem o dinheiro na doutrina e as torna atrativas.

Leia a segunda parte da entrevista em:
www.extraclasse.org.br

EDUCAÇÃO

Sites educacionais violaram privacidade de crianças e adolescentes no Brasil

Sites educacionais direcionados a estudantes brasileiros, incluindo dois criados por Secretarias Estaduais de Educação, não só vigiaram crianças e adolescentes, como também coletaram seus dados pessoais e enviaram para empresas de publicidade sem o consentimento, nem o conhecimento deles ou dos responsáveis.

A informação foi divulgada pela ONG *Human Rights Watch* (HRW). Segundo a denunciante, "o Brasil deveria revisar a legislação de proteção de dados do Brasil para adicionar novas salvaguardas para proteger crianças e adolescentes *on-line*".

Na lista de sites divulgada pela HRW estão: Estude em Casa, Descomplica, Escola Mais, Explicae, MangaHigh, Stoodi e Centro de Mídias da Educação de São Paulo.

Os sites educacionais foram contratados pelos governos estaduais para dar apoio aos estudantes durante a pandemia de covid-19, quando as aulas presenciais estavam suspensas.

Foto: Rovena Rosa/ABr



RACISMO

Mais de 70% dos municípios não têm ações de combate ao racismo nas escolas

Sete em cada dez Secretarias Municipais de Educação não realizaram qualquer ação ou tiveram poucas iniciativas para implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, revela pesquisa conjunta do Instituto Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra, divulgada nesta terça-feira, 18, em Brasília.

O levantamento foi feito em 2022 e ouviu gestores de 1.187 Secretarias Municipais de Educação, recorte que corresponde a 21% das redes de ensino dos municípios, sobre o cumprimento da Lei 10.639/03, a qual tornou obrigatório o ensino para o combate ao racismo nas escolas há 20 anos.

Os municípios são os principais responsáveis pela educação básica. De acordo com a pesquisa, apenas 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes de atendimento à legislação. Mais da metade, 53%, fazem atividades voltadas à conscientização e combate ao racismo esporádicas, projetos isolados ou em datas comemorativas, como no Dia da Consciência Negra (20 de novembro); e 18% não realizam nenhum tipo de ação. As secretarias que não adotam nenhuma ou poucas ações, juntas, somam 71%.

MARIA LUCIA FATTORELLI

Juros altos e Arcabouço Fiscal

O Brasil aplica os juros reais mais altos do mundo atualmente e esse problema não é de hoje. A Selic, taxa básica de juros arbitrada pelo Banco Central, foi elevada ao absurdo patamar de 13,75% ao ano desde agosto 2022 e permanece aí até hoje, provocando estragos acumulados e aprofundando, a cada dia, a recessão econômica em que já nos encontramos.

6 ARTIGOS PARA SEREM LIDOS

- **Por que o ataque às escolas**, por José Luís Ferraro
- **O que está em jogo com o Novo Ensino Médio?**, por Rodrigo Luiz Barelo
- **A infância sequestrada pelo fascismo**, por Moisés Mendes
- **Revogar ou reformar: para além da dicotomia**, por Gabriel Grabowski
- **A escola e os algoritmos da violência**, por Cristiano Fretta
- **A escola do século 21: o ensino médio (re)vive na resistência, aqui e agora**, por Mateus Saraiva, Ângela Chagas e Maria Beatriz Luce

**AO SEU LADO,
POR SEUS DIREITOS**

Além da defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, oferecemos soluções personalizadas para questões de responsabilidade civil, contratos, propriedade, família e sucessões. Conte conosco para obter a orientação jurídica necessária.

Entre em contato
através do número:



51 2500.7014



CAINELLI
ADVOGADOS

Escritório credenciado:

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



50 anos depois, renegociação de Itaipu estremece parceria Brasil-Paraguai

por Maurício Brum

Após a imposição do Tratado de Itaipu por duas ditaduras, a histórica dívida da usina está finalmente paga e força parceiros a repensarem o acordo atual com governos recém-empossados. O que está em jogo não é apenas o preço de energia, mas também a enorme dependência do Brasil de uma energia que não é mais tão renovável assim



Foto: Itaipu Binacional/Divulgação

Após 50 anos da assinatura do tratado que definiu as bases da operação de Itaipu, a construção da usina está finalmente paga. Ao longo das últimas cinco décadas, foram mais de 63,5 bilhões de dólares (cerca de R\$ 315 milhões) para bancar as obras da própria hidrelétrica e da infraestrutura ao redor, além

dos juros dos empréstimos. Mas, no fim de fevereiro, uma dívida contraída quando os dois países-sócios passavam pela fase mais brutal de suas ditaduras teve sua última parcela quitada.

Agora, uma realidade inédita obriga ambos os governos a sentarem novamente à mesa de negociações. Sem débitos, o tratado pre-

Um acordo imposto

Há meio século, o acordo de Itaipu é um tema central na política paraguaia, mas nem sempre a contrariedade pôde ser exibida publicamente. Se naquele 26 de abril de 1973 em que o tratado foi assinado o Brasil estava sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, na fase mais repressiva da ditadura civil-militar por aqui, a situação não era muito melhor no lado paraguaio – que

estava bem no meio dos quase 35 anos em que Alfredo Stroessner dominou os rumos do país.

À primeira vista, inclusive, pode parecer um bom negócio: a energia é abundante e barata para os paraguaios e, mesmo com um enorme excedente, Itaipu ainda resolve a imensa maioria das necessidades do país. Enquanto no Brasil apenas 8% da eletricidade consumida provém da usina

cisa ser revisto, e o Paraguai está ansioso para “corrigir” o que julga ser uma injustiça histórica, que permite ao Brasil adquirir o excedente energético por preço diferente do praticado no mercado aberto.

“Seja na esquerda, no centro ou na direita paraguaia, hoje existe uma certeza de que o tratado precisa ser modificado”, argumenta o professor Aníbal Orué Pozzo, coordenador do curso de especialização sobre relações bilaterais entre Paraguai e Brasil na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, onde também fica o lado brasileiro da usina.

“É uma unanimidade o entendimento de que o Paraguai foi subalternizado pelo acordo e teve pouquíssimos benefícios com os termos atuais. É uma questão tão forte e tão clara que só as opiniões sobre a Guerra da Tríplice Aliança têm um consenso parecido na sociedade paraguaia”, compara o pesquisador, citando o trauma histórico do país com a invasão, ocupação e genocídio promovidos pelas forças aliadas de Brasil, Argentina e Uruguai ao final do conflito que, por aqui, é mais lembrado como a Guerra do Paraguai (1864-1870).

O que está em discussão agora não é o Tratado de Itaipu como um todo, mas uma parte específica dele conhecida como Anexo C. É ali que está definida a divisão da energia produzida pela hidrelétrica, em partes iguais: Brasil e Paraguai têm, cada um, direito a 50% do que é gerado. Segundo os especialistas ouvidos pelo *Extra Classe*, essa parte seria dificilmente alterada em uma re-negociação. O problema começa quando a discussão chega ao

excedente da energia produzida, já que o Paraguai nunca utilizou toda a sua porcentagem.

Pela interpretação atual do acordo, essa eletricidade é necessariamente vendida ao Brasil, por um valor predefinido que os paraguaios consideram desvantajoso – um estudo feito em 2019 pelo Centro para a Democracia, a Criatividade e a Inclusão Social, um *think tank* sediado no Paraguai, alega que o país havia deixado de ganhar US\$ 75,4 bilhões com a venda de energia, desde que a usina começou a operar de fato, em 1985.

Ao todo, cerca de 80% do que é produzido por Itaipu acaba utilizado pelos brasileiros. O que o Paraguai busca é garantir a possibilidade de fazer seu próprio preço, escolhendo o comprador. Nesse cenário, o Brasil continuaria tendo a opção de compra, porém teria de concorrer com os preços oferecidos por outros vizinhos interessados, como Argentina e Bolívia. O uso do excedente pelos próprios paraguaios também seria uma opção, mas, hoje, esbarra na falta de infraestrutura.

“Existe uma discussão na sociedade paraguaia de que o país não fez os investimentos necessários para usar da própria energia, não fez as linhas de transmissão, nem utilizou o dinheiro para construir infraestrutura e atrair indústrias”, aponta o economista José Luis Rodríguez Tornaco, ex-vice-ministro da Indústria e Comércio do Paraguai. “Mas, independentemente disso, não há dúvidas de que a visão de ‘parceiro’ com o Brasil não existe. Como um irmão maior, um império na região, o Brasil encontrou terreno fértil para obter benefícios muito maiores com Itaipu.”

Energia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Foi o que ocorreu em 2019, quando o presidente Mario Abdo Benítez aceitou secretamente um acordo pelo qual seu país abriria mão de parte da energia barata que vinha utilizando, o que encareceria a conta de luz para os paraguaios. Abdo, que deixa o cargo no próximo dia 15 de agosto, quase sofreu *impeachment* em função disso. Na

ocasião, entrou em cena o outro lado das reclamações sobre uma suposta parceria injusta: se os paraguaios dizem que o Brasil paga menos do que deveria, os brasileiros acusavam os vizinhos de usar uma “artimanha” para baratear ainda mais seus custos e tentar receber essa diferença na marra.

À época, o preço médio da energia de Itaipu consumida pelo Brasil ficava em torno de US\$ 41,45 por megawatt-hora (MWh), contra US\$ 26,16 por MWh no Paraguai. O argumento do então governo Jair Bolsonaro era que o Paraguai estaria dando uma espécie de golpe contábil: oficialmente, utilizava a energia considerada “excedente”, menos onerosa por não incluir os juros dos empréstimos históricos, e revendia ao Brasil a eletricidade produzida segundo o

contrato original, com esses custos embutidos.

Além dos desacordos financeiros, a imposição da usina pelas duas ditaduras também teve consequências ambientais. A mais óbvia foi a destruição do Parque Nacional do Salto das Sete Quedas, engolido pelo lago artificial de Itaipu em 1982. Desde a virada do século, produtores rurais de municípios vizinhos também vêm buscando indenização na Justiça por supostas mudanças no microclima regional causadas pela barragem, que teria afetado o regime de chuvas – a usina sempre tem vencido os processos em função da falta de comprovação de uma queda na produtividade agrícola.

Mesmo que Itaipu não tenha necessariamente prejudicado as chuvas, ela própria enfrenta as

consequências das mudanças climáticas. Especialistas já argumentam que não convém mais chamar uma hidrelétrica de “limpa”, pois a construção traz pesados impactos ambientais e sociais, mesmo que a produção de energia em si não envolva a queima de combustíveis fósseis.

Agora, a nova realidade também coloca em xeque a ideia de ser um sistema com produção renovável relativamente estável. A bacia do Rio Paraná, onde está a binacional, sofre com estiagens cada vez mais graves, um fator que também deve entrar na conta – em 2021, o rio enfrentou sua pior seca em pelo menos 91 anos.

A renegociação também abre margem para o Brasil repensar a enorme dependência desse tipo de energia: em 2022, cerca de 73,6%

da eletricidade renovável consumida veio de fontes hidráulicas, com as usinas eólicas em um distante segundo lugar, abaixo de 15%. Estudiosos do setor apontam a necessidade de investir em modais renováveis que não dependam dos recursos hídricos cada vez mais incertos, como o próprio vento e o sol, responsável atualmente por apenas 4% da geração nacional.

“Hoje, a precificação é uma das matérias mais difíceis, pois a produção depende de um recurso que nos anos 1970 não era escasso e hoje é: a água. As oscilações na precipitação têm um impacto na geração de energia e, se for adotado um conceito moderno na definição do preço, não teremos mais um valor pré-fixado, e sim flutuante conforme a produtividade e a demanda ano a ano”, resume Iwamoto.

Em busca do meio-termo

O Brasil acha que paga demais, o Paraguai acredita que recebe pouco. Certo é que, na mesa de negociações, será preciso chegar a um novo acordo a partir deste ano. No cenário visto como ideal pelos paraguaios, o excedente poderia ser “leiloado” no mercado aberto, com o Brasil enfrentando concorrência. Mas também é possível que, mesmo que o valor pela energia em si aumente, o fim da dívida – até agora embutida na tarifa – faça com que a conta não mude tanto assim para o consumidor brasileiro, ou até barateie em um ano com bom volume de chuvas e produção abundante.

Quando a renegociação chegar, os dois países estarão com

governos em seu primeiro ano, já que o Paraguai elegeu seu novo presidente em 30 de abril. Embora tanto o partido governista quanto a oposição devam apresentar demandas parecidas, a relação pessoal do futuro mandatário com Luiz Inácio Lula da Silva também poderia influenciar o acordo. Em 2009, quando Fernando Lugo era o primeiro presidente de esquerda em Assunção, e Lula ainda cumpria seu segundo mandato, a afinidade entre os dois garantiu uma revisão do tratado com uma série de pontos que aumentaram – pelo menos no papel – a autonomia paraguaia.

Agora, a esquerda não estará no poder no Paraguai, mas as

memórias daquele acordo trazem esperança do lado de lá da fronteira. “As expectativas são altamente positivas porque se espera uma visão muito mais desenvolvimentista de Lula a respeito do Paraguai. (No acordo de 2019) Bolsonaro encontrou um Ábdo Benítez complacente, que cedeu à maioria das exigências do Brasil”, entende Rodríguez Tomaco. Ainda não existe uma linha do tempo para concluir as conversas. Enquanto o Anexo C não é modificado, devem seguir valendo os termos atuais, a menos que os países concordem com uma regra de transição temporária.

Em março, durante a posse do novo diretor-geral brasileiro da usina, Enio Verri, Lula prometeu

“um tratado que leve muito em conta a realidade dos dois países e o respeito que o Brasil tem por seu aliado”. Para Orué Pozzo, é inevitável que as relações extrapolem a situação da Itaipu propriamente dita. “É preciso pensar em um entendimento amplo, em como esse tratado afetará as relações bilaterais, o comércio, as tensões e as fronteiras simbólicas que cercam a usina, além das necessidades energéticas dos dois países e até de seus vizinhos”, afirma o pesquisador. “O Itamaraty deve entender que o Paraguai é um país soberano e essa negociação afeta toda a geopolítica regional. E isso nem sempre esteve presente”, conclui.



**Dúvidas sobre seus direitos?
Tá na mão, tá no App!**

Mais prático, completo e fácil de consultar.

Convenções e Acordos Coletivos de todos os níveis de ensino

Baixe ou atualize o seu  

SINPRO/RS
Sindicato Estadual



Dois conceitos para enfrentar a cultura da violência

O quão fundo estamos dispostos a cavar para remover as raízes das violências físicas, verbais e simbólicas?



Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Ato em defesa da paz, em São Paulo, realizado em abril de 2023, após vários ataques violentos em escolas pelo país

Como enfrentar a cultura da violência que se alastrou pela sociedade atingindo, inclusive, um de seus recantos mais preciosos, a saber, os espaços de escolas, salas de aula e mesmo creches para crianças? Para tentar começar a buscar respostas para essa pergunta, talvez seja importante refletir um pouco sobre sua própria formulação. O que significa falar de “cultura da violência”? Faz sentido associar a palavra “cultura” a práticas de violência e morte? É um uso ampliado, com certeza, que transcende os limites semânticos tradicionais, nos quais pensamos a cultura como algo positivo e promotor da vida. Mas parece ter um sentido mais específico também, que pode nos ajudar a ver a profundidade desse fenômeno que nos choca praticamente todos os dias. Há uma “cultura da violência” que tem suas raízes fincadas em um campo simbólico, onde ações e palavras se cruzam, criando como que um universo paralelo subterrâneo que vem invadindo a superfície de nossas vidas.

Ações e palavras: esses são os dois domínios fundamentais por onde a violência é cultivada e praticada na sociedade. Parece ser neles, portanto, que precisamos

buscar respostas para a questão que nos desafia de modo urgente e dramático. Dois conceitos que fazem parte da filosofia do Yoga conversam diretamente com esses dois domínios e podem nos ajudar a enxergar caminhos para enfrentar essa situação. São dois preceitos que estão na base do Yoga, do budismo e também, sob formulações distintas, na tradição da filosofia ocidental. São eles: *ahimsa* (não violência) e *satya* (veracidade). Esses dois conceitos integram uma lista de cinco princípios (*yama*) que funcionam como preceitos para nossa vida cotidiana, apontando aquilo que devemos nos abster de fazer em nosso convívio social e com os demais seres vivos de modo geral. Todos eles estão conectados entre si e ligados aos nossos órgãos de ação.

O conceito de não violência (*ahimsa*) é o primeiro da lista e não por acaso, uma vez que todos os demais estão subordinados lógica e praticamente a ele. Ele é menos passivo e ingênuo que pode parecer a alguns, considerando a conjuntura social que vivemos hoje. Ele prega a não violência não apenas no sentido estrito de não matar ou de não praticar violência física, mas também em observar como a

violência pode estar presente em nossas palavras, pensamentos e atitudes cotidianas. Talvez tenhamos dificuldade em reconhecer o quanto a violência está presente em nossos gestos, pensamentos e palavras com que nos cerca. Esse olhar sobre nós mesmos pode nos surpreender e alertar para a nossa própria responsabilidade sobre o que estamos vivendo hoje.

Já o conceito de veracidade (*satya*) não significa somente procurar dizer a verdade, o que já não seria pouco em tempos em que a cultura da não violência anda de mãos dadas com uma “cultura da mentira”. Esse conceito nos convida, entre outras coisas, a um compromisso com a palavra, com a sinceridade e ausência de segundas intenções no dizer, que podem ser tanto uma tentativa de enganar, de confundir, de distorcer ou, ainda, uma mera expressão de vaidade. Ou seja, a ausência de veracidade pode se manifestar de muitas formas, e essa pluralidade de formas está muito presente na linguagem caótica que circula hoje pelas diferentes plataformas das chamadas redes sociais, as quais acabaram se tornando, também, um elemento difusor dessas variadas formas de violência citadas anteriormente.

Desde muito cedo, nossas crianças e, nem é preciso dizer, nossos adolescentes estão mergulhados neste mundo onde o compromisso com a veracidade, com a palavra pode se tornar tênue e difuso muito rapidamente. Não é acaso, portanto, tampouco um ponto fora da curva, que as escolas tenham se tornado também elas um espaço sujeito a atos de violência.

As causas desses problemas – da proliferação da violência física e simbólico e também da falta de veracidade, de compromisso com o sentido das palavras e da nossa fala – parecem ter se enraizado, na sociedade e em nós mesmos, de um modo mais profundo do que talvez estejamos dispostos a reconhecer. Se é assim, as soluções para eles também têm que ganhar profundidade e incidir diretamente nas escolas. O quão fundo estamos dispostos a cavar para remover as raízes das violências físicas, verbais e simbólicas? Seja qual for essa profundidade, esse trabalho exige um mergulho sincero nas nossas instituições, na nossa linguagem e nas nossas práticas diárias. A suspeita é que podemos estar contribuindo, mais do que supomos, por ações e omissões, para a proliferação dessa cultura da violência.



Arte: Fábio Edy Alves

Banco Central independente, juros altos, bolsa banqueiro e país refém

por Stela Pastore

Agiotagem com aval do BC gera 70 milhões de brasileiros inadimplentes, resulta em pagamento de R\$ 600 bilhões em juros pagos pelo governo ao mercado anualmente e vira instrumento para impedir o investimento produtivo

Brasil é o país com a maior taxa de juros do mundo. A taxa básica de juros – Selic – está em 13,75% desde agosto de 2022. Quem define a alíquota é o Banco Central (BC), por meio do presidente Roberto Campos Neto e seus diretores que integram o Comitê de Política Monetária (Copom) em reuniões a cada 45 dias. O governo eleito quer baixar a taxa de juros. Mas o Banco Central não deixa.

Com a aprovação do que foi chamado de “autonomia” do BC no governo de Jair Bolsonaro (PLC 179), em fevereiro de 2021, o governo federal não pode incidir sobre este instrumento fundamental para estimular a economia e os empregos.

“É uma vergonha, uma irresponsabilidade, estão brincando com o país”, declarou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após ver negados os pedidos de redução da Selic.

Jogando contra o governo

Economistas, especialistas, auditores, professores explicam o absurdo desta situação, única no mundo. "A suposta independência do BC retira do governo eleito parte significativa dos seus instrumentos monetários para orientar a política econômica", pontua o presidente do Instituto Justiça Fiscal, Dão Real Pereira dos Santos. "O presidente do

BC não está afinado com o projeto político eleito pela sociedade brasileira e manipula os instrumentos, inviabilizando as promessas de campanha", completa o auditor fiscal.

"É praticamente impossível implementar uma política econômica coerente e consistente sem que o governo controle as duas variáveis macroeconômicas mais

importantes, o câmbio e os juros. É preciso gestão unificada, harmônica e convergente das políticas monetária e fiscal", acentua o especialista da Fundação Getúlio Vargas, o economista e cientista político da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos de Alverga. Campos Neto só deixa o cargo no final de 2024, quando

se encerra a gestão.

Descontada a inflação, o ganho para quem vive de juro é de, no mínimo, 8,5%. Uma maravilha para os rentistas, porém com efeito desastroso na atividade econômica: é muito mais seguro e rentável aplicar em títulos da dívida pública com um juro altíssimo do que arriscar no setor produtivo.

70 milhões com contas atrasadas

Um em cada três brasileiros está com as contas atrasadas. A taxa Selic tem tudo a ver com isso: impacta todas as operações, como os juros do cartão de crédito, cheque especial, empréstimos bancários, operações imobiliárias, financiamentos

para empresas nas diferentes linhas. Quando a Selic sobe, todas sobem.

São 70,5 milhões de endividados e boa parte deve para vários credores. Também aumentou o valor médio das dívidas, que está em R\$ 4.612,28.

Capital improdutivo

"O Banco Central passou a ser um veículo de transferência de recursos públicos para as elites", pontua o economista Ladislau Dowbor no artigo "A farsa do déficit". As elites são uma colusão de bilionários nacionais com as grandes corporações transnacionais, usam o Esta-

do (que criticam) para que drene os próprios recursos e facilite a apropriação improdutivo dos recursos das famílias e das empresas", diz o autor dos livros *A Era do Capital Improdutivo – a nova arquitetura do poder* e *Resgatar a função social da economia*, entre outros.

Rentismo com dinheiro público

Em tese, a dívida pública deveria servir para financiar os investimentos estatais, mas, no Brasil, "é o Estado que garante a acumulação de capital dos detentores de títulos da dívida pública, estimulando o rentismo", segundo o Prof. Paulo Rubem Santiago (UFPE). O cálculo omite uma série de receitas públicas, como explica o economista Rodrigo Ávila: "Considerando-se todas as receitas, vemos que a dívida pública tem retirado (e não aportado) recursos das áreas sociais, mesmo nos últimos anos". A economista Maria Lucia Fattorelli chama atenção para o fato de que "a receita financeira obtida com a emissão de títulos públicos

tem sido consumida nos gastos com a própria dívida", ressaltando que o Tribunal de Contas da União (TCU) já declarou ao Senado que a dívida interna federal não tem contrapartida em investimentos públicos.

A despesa anual do governo em juros da dívida pública em 2022 foi de, no mínimo, R\$ 780 bilhões, conforme estimativa conservadora (que sequer considera os juros decorrentes de novas dívidas surgidas em 2022) e feita com dados oficiais, aplicando-se a taxa média divulgada pelo Tesouro Nacional (10,21% a.a.) pelo valor do estoque da dívida federal no final de 2021 (de R\$ 7,643 trilhões).

Bolsa banqueiro é paga pelos brasileiros

O Banco Central paga ganhos financeiros aos bancos diariamente por meio de dois instrumentos: operações compromissadas (que no Brasil são utilizadas de forma abusiva, chegando a atingir 25% do PIB em alguns períodos) e depósitos voluntários remunerados. A Lei 14.185/21 autoriza o BC a receber depósitos voluntários remunerados das instituições financeiras. "É a bolsa banqueiro, mais uma fonte para drenar dinheiro público ao sistema financeiro pri-

vado, uma excrescência em que o Brasil é campeão, provocando escassez de moeda em circulação e elevação dos juros de mercado", afirma a presidenta da organização Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli.

Os bancos informam quanto dinheiro dos brasileiros (pessoas, empresas e órgãos públicos) tem depositado em conta corrente ou aplicações e ganham juro sobre esse montante. Esta sobra de caixa dos bancos é remunerada reli-

giosamente pela taxa Selic.

O mecanismo é vendido como se fosse uma alternativa para o BC controlar a quantidade de moeda em circulação no sistema financeiro (liquidez bancária), sem elevar a dívida pública. Mas para a auditora fiscal aposentada, esse argumento é falacioso, pois o volume de moeda em circulação no Brasil é baixíssimo. Trata-se de mais um instrumento do rentismo parasita pago com dinheiro dos brasileiros.

"Nosso sistema financeiro é gigante e disfuncional, pois não atua como criador de crédito e de financiamento do investimento e do consumo do setor privado; mas como corretor dos rentistas que vivem às custas do financiamento da dívida pública," sintetiza o ex-ministro da Economia no governo de FHC, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Leia a íntegra da reportagem:
www.extraclasse.org.br



Seu Cartão do Associado agora também é virtual e está no novo App do Sinpro/RS.

Mais prático, mais completo e mais fácil de economizar.

Mais de 500 convênios em produtos e serviços com descontos para você.

Baixe ou atualize o seu  

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

amazon



Microsoft

À nova colonização

é de dados e na internet

por Sílvia Lisboa

O poderio das big techs, sediadas no norte global, reproduz a lógica colonial de usurpação de bens e alienação. Como esta nova fase do capitalismo impacta a produção de conhecimento e o nosso cotidiano? E o que fazer para reduzir o controle dos monopólios que transformam nossa vida em dados?

Em 2017, a revista norte-americana *The Economist* estampou uma manchete emblemática: “Dados são o novo petróleo”. A metáfora, que parecia apenas mais uma boa sacada, inspirada na frase de um matemático britânico, traduziu com precisão uma nova fase do capitalismo na qual dados – os seus, os meus, os de governos, universidades, empresas – passaram a ser ativos mais lucrativos que o ouro negro.

Os fatos da reportagem eram incontestes: Alphabet (a holding dona do Google), Amazon, Apple, Facebook (agora Meta, também dona de Instagram e WhatsApp) e a Microsoft faturaram, juntas, 25 bilhões de dólares apenas nos primeiros quatro meses de 2017, o que simulava os ganhos da indústria do petróleo no início do século 20. Como de praxe na revista, considerada porta-voz do “mercado”, essa nova fase do capitalismo era salutar – afinal, os serviços ofertados pelas *big techs* eram gratuitos, e não haveria problema em elas serem gigantes.

Porém, a análise da *The Economist* não resiste a um olhar mais crítico. A hipertrofia dos titãs da tecnologia já era, sim, um problema em 2017, que só se tornou mais grave desde então. Hoje, apenas a Meta já tem um faturamento anual de US\$ 26,6 bi e lucro líquido de US\$ 5,7 bi. Mas naquele momento havia ainda uma certa dúvida do que realmente significava o poderio das gigantes do Vale do Silício, nos Estados Unidos. “Escrevi um texto em 2018, chamado ‘Ressaca da internet’, que tentava expressar que ‘a internet deu ruim’”, descreve o doutor em Comunicação Leo Foletto, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Foletto acredita que a demora em perceber a ascensão das *big techs* ocorreu devido às enormes expectativas de libertação que a internet trazia. Havia esperança que a hiperconectividade traria mais liberdade de falar e de criar tecnologias, mas o que assistimos foi a construção de bolhas de informação que confirmam pontos de vista, a internet se transformando em uma TV a cabo e o fim da neutralidade da rede.

“Achávamos que existia um

enorme potencial insurgente no âmago da tecnologia digital e da internet, mas nos esquecemos de onde ela vem também: dos EUA e de uma Califórnia, berço da chamada hoje ‘ideologia californiana’, definida por Richard Barbook e Andy Cameron como ‘uma improvável mescla das atitudes boêmias e antiautoritárias da contracultura da costa oeste dos EUA com o utopismo tecnológico e o liberalismo econômico’”, detalha Foletto, editor na revista *BaixaCultura*.

O fenômeno começou a ser visto sob a ótica colonial só recentemente, após o escândalo da Cambridge Analytica, a pequena empresa britânica que usou dados de 87 milhões de usuários do Facebook para influenciar sua opinião política e ajudar a eleger Donald Trump, em 2016.

Um dos primeiros a chamar a atenção sobre como deveríamos compreender essa nova fase do capitalismo, o sociólogo britânico Nick Couldry diz que vivemos um colonialismo de dados que reproduz a lógica de exploração e dominação norte-sul. O antigo colonialismo se apropriava da terra, de minerais e produtos agrícolas, de escravos. “O novo colonialismo de dados se apropria de nós, seres humanos, do fluxo da nossa vida cotidiana”, disse o coautor do livro *The Costs of Connection*, em entrevista ao Instituto Humanitas, da Unisinos.

Essa apropriação se dá através da extração massiva de dados pessoais pelas grandes plataformas digitais, que também monitoram nosso comportamento online

e usam essas informações conforme seus próprios interesses, invariavelmente sem transparência e visando ao lucro. O sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, que se debruça sobre este tema há mais de duas décadas, detalha que o processo segue o mesmo fluxo norte-sul do colonialismo histórico: “As grandes empresas hoje são empresas de tratamento de dados sediadas nos EUA e na China e mais poderosas que governos. Todos os fluxos da nossa vida e do conhecimento presente na internet são transformados em dados com objetivo de modelar comportamentos e a nossa opinião, que ficamos à mercê da desinformação e consumidores de seus produtos”, disse o autor de *Colonialismo de dados* (Autonomia Literária, 200 págs) ao *Extra Classe*. Os vieses colocados nesses algoritmos também partem de um padrão do norte global: branco e masculino, o que potencializa a exploração de minorias, a proliferação de ódio e a violação de direitos humanos.

Couldry e Amadeu ponderam haver diferenças entre colonialismo de dados e seu antecessor histórico, principalmente no aspecto da violência imposta sobre as nações dominadas. Na definição sucinta de Couldry, o novo colonialismo é uma continuidade desse processo: uma nova ordem emergente social e econômica que transforma aspectos da vida humana em dados para o bem de poucos.

Mas talvez o aspecto mais grave do novo colonialismo seja o da alienação, uma característica que também pertencia ao seu antecessor

histórico. Estamos imersos nas redes sociais, dependentes das grandes plataformas sem entendermos os termos desse contrato. “Não sabemos que uso eles fazem da nossa experiência. Uma aluna traduziu os termos de uso do TikTok durante semanas, 600 páginas em mandarim. Quando ela terminou, o termo havia sido modificado”, relata a psicóloga Vanessa Maurense, professora dos PPGs em Psicologia Social e Institucional e do de Informática na Educação, ambos da UFRGS.

Couldry compara os termos de uso de serviço do Google Chrome, um dos principais navegadores de internet do mundo, com o *Requerimiento*, documento de 1513 escrito pela corte espanhola para justificar legalmente a apropriação de recursos e terras na América Latina. Ao instalar o navegador, está escrito: “Você dá ao Google o direito perpétuo, irrevogável, mundial, livre de royalties e não exclusivo de reproduzir, adaptar, modificar, traduzir, publicar, apresentar publicamente e distribuir esse conteúdo apresentado, publicado ou exibido, ou através dos Serviços”. Na carta do rei da Espanha, pouco mais extensa, direta e violenta, lia-se: “Se assim não fizerem, ou se maliciosamente adiarem a decisão – da nossa apropriação do ouro, basicamente –, certifico que, com a ajuda de Deus, entraremos poderosamente no seu território, faremos guerra contra vocês de todos os modos e maneiras possíveis, e os sujeitaremos ao jugo e à obediência da Igreja e de Suas Majestades”.



Foto: Eugene Zelenko

Empresas do Vale do Silício são a ponta de lança do novo colonialismo de dados

Impacto no conhecimento, na comunicação e na cognição

Essa usurpação de dados tem uma série de repercussões sobre a nossa vida cotidiana. Sérgio Amadeu acredita que uma das principais seja o fato que eles são usados massivamente por governos, empresas, planos de saúde, convênios e bancos sem o nosso conhecimento ou consentimento informado. “Não sabemos o que esses dados dizem sobre nós, e isso diminui nossa capacidade de negociação, nos tornamos reféns da avaliação feita por um algoritmo”, descreve. O racismo algorítmico, constatado por diversas pesquisas, é um desses efeitos. “As tecnologias não são neutras”, reforça o pesquisador.

Na comunicação, os impactos são ainda mais visíveis e afetam a própria produção de conhecimento – Couldry diz haver, pela primeira vez na história, uma fusão entre produção de conhecimento e de lucro. As plataformas das redes sociais hoje estruturam a esfera pública, papel que antes cabia ao jornalismo. “Por pior que seja, e sempre há muitas críticas ao jornalismo dito he-

gemônico, ele pelo menos se baseava em critérios de noticiabilidade visíveis, muitas vezes pautado pelo interesse público. Agora não mais. Não sabemos os critérios utilizados para as redes sociais mostrarem o que nos mostram”, observa Foletto.

Na verdade, sabemos: quanto mais despertar interação, mais a informação circula. Mas essa lógica não é pautada por qualidade ou justiça social. Pelo contrário. “Nessa lógica, discursos de ódio, violências múltiplas e conteúdos sensacionalistas ganham de lavada, arruinando nossa democracia, como vimos acontecer no Brasil em tempos de Bolsonaro, mas também em outros países”, diz o pesquisador da FGV.

O jornalismo perde a disputa pela atenção do leitor ao circular em redes conflagradas e, com frequência, embarca na busca por curtidas. Professores e profissionais liberais acabam também imersos nisso, e a expectativa de ser um “hit” impacta a própria produção de conhecimento. “É mais uma prática de uma sociedade estruturada na



Foto: Jean Beaufort

Alphabet (a holding dona do Google), Amazon, Apple, Facebook (agora Meta, também dona de Instagram e WhatsApp) e a Microsoft faturaram, juntas, 25 bilhões de dólares apenas nos primeiros quatro meses de 2017

performance e no ‘chamar atenção’ com qualquer conteúdo, pois rende clique, interação e, consequentemente, dinheiro”, diz Foletto.

Um dos reflexos práticos disso é como os dados são usados pelas plataformas para moldar como construímos e consumimos conhecimento. Para a psicóloga Vanessa Maurente, esse cenário, que precisa ser debatido nas escolas, está alterando nossa cognição. Ela se preocupa especialmente com as crianças e adolescentes, que estão crescendo imersos neste cenário e já dão preferên-

cia a vídeos curtos com informações rápidas, digeridas, já construídas: todas as plataformas hoje oferecem vídeos curtos como YouTube Shorts, o Reels do Instagram, o Tik Tok, entre outros. “Precisamos ensinar a nossa atenção e a nossa memória a refletir, a buscar soluções, a problematizar, a ter trabalho. O pensamento precisa ser provocado. Quando precisarmos exigir da atenção ou memória dos nossos alunos em sala de aula, haverá um custo cognitivo muito maior”, explica a pesquisadora da UFRGS.

As saídas para o caos

É consenso entre especialistas ouvidos pelo *Extra Classe* que as grandes plataformas devem ser regulamentadas pelo Estado, discussão que entrou na pauta do Parlamento com projeto de lei 2.630. Conhecido como PL das Fake News, o texto quer estabelecer regras de transparência para provedores de redes sociais, ferramentas de busca e aplicativos

de mensagens, como o WhatsApp – o Brasil já dispõe de duas regulações avançadas, como o Marco Civil da Internet, de 2014, e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 2018, a qual abriu caminho para tornar a proteção dos dados pessoais um direito fundamental.

Mas ainda é necessário evoluir na responsabilização das

plataformas pelo caos desinformativo. “Precisamos de uma lei que reduza o poder das grandes plataformas e as coloque sob o controle das democracias”, argumenta Sérgio Amadeu. Leo Foletto considera importante que esse controle seja feito a partir de um órgão independente das empresas. “Depois do que vivemos, não podemos esperar que as *big techs*

se autorregulem ou que tenham compromissos com a democracia ou a justiça social.” Amadeu também acredita ser urgente um apoio para desenvolver indústrias de base tecnológica e soluções para o Brasil ter soberania digital. “Se o Estado não fizer nada, não for ousado em investir neste setor, teremos poucas chances de fazer frente a este cenário.”

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Shows e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel



Prevenção à violência na escola com base em evidências

Os responsáveis pelos ataques costumam interagir em fóruns on-line com outros jovens que enfrentam problemas semelhantes, o que reforça as dinâmicas de ódio e o rancor contra a escola

Como já tive a oportunidade de dizer neste espaço, ataques a escolas e creches são eventos muito raros, mesmo nos Estados Unidos, onde eles acontecem com maior frequência. O fato é que, quando ocorrem, produzem tragédias que nos dilaceram, que disseminam o medo e que desafiam a compreensão. Infelizmente, o Brasil passou a conviver com essa dor e com esse medo, especialmente após o massacre de Blumenau/SC. O que pode ser feito?

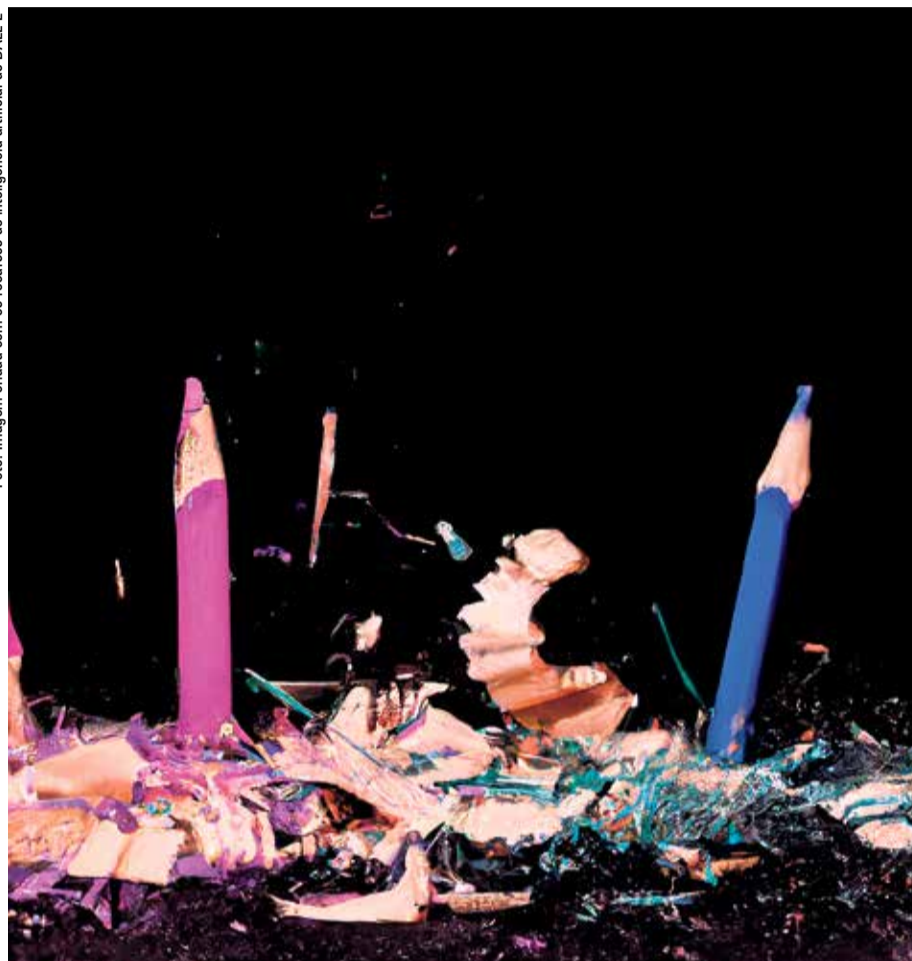
Primeiro, há que se assegurar medidas de prevenção. Para que elas sejam eficazes, é preciso saber o que encontraram os estudos sobre esse fenômeno. Há uma grande quantidade de pesquisas a respeito envolvendo os mais variados fatores e circunstâncias, desde o perfil dos perpetradores e das vítimas, passando pelo tipo de escola e de comunidade em que as tragédias ocorrem, além de outros temas, como o papel da cobertura da mídia nesses eventos, a relação dos jovens com armas de fogo e sua exposição precoce à violência. Sem conhecer esses estudos, eventuais respostas tendem a repetir receitas ineficazes ou mesmo a agravar o problema da violência na escola.

Os estudos internacionais têm demonstrado que os perpetradores são homens jovens, brancos, quase sempre adolescentes, alunos ou ex-alunos da escola atacada, que tomam a decisão de perpetrar os ataques em dinâmicas de vingança e busca por reconhecimento. É comum que os perpetradores tenham sido marginalizados, humilhados ou atingidos por algum tipo de violência que os desestabilizou, razão pela qual se dá muita importância em todo o mundo às políticas de prevenção ao *bullying* e ao *cyberbullying*. Experiências de vitimização por violência doméstica, direta ou indireta, também costumam estar presentes na trajetória dos responsáveis pelos ataques.

Os perpetradores costumam interagir em fóruns on-line com outros jovens que enfrentam problemas semelhantes, o que reforça as dinâmicas de ódio e o rancor contra a escola, seus colegas e professores. Nesse tipo de interação em "câmaras de eco", há variáveis importantes sobre valores e processos culturais, em que dois temas se destacam: misoginia e glorificação das armas de fogo. Há nesse ponto, provavelmente, ressentimentos de natureza amorosa e sexual nesses jovens, muitos deles "Incls" (sigla em inglês para "celibatários involuntários"), o que se articula como projeção fálica com as armas de fogo. Com as armas, afinal, eles serão "potentes" e finalmente notados, rompendo-se, assim, o ciclo de isolamento social, invisibilidade e nulificação. Não por acaso, aliás, a maioria das vítimas dos ataques às escolas é do sexo feminino.

Sabe-se, também, que a forma como a mídia tradicional e as redes sociais divulgam ataques às escolas podem estimular novos ataques. O chamado "efeito contágio" ou "efeito imitação" (*copycat effect*) já foi identificado em vários estudos, sendo que, em muitos ataques, os perpetradores agem com o objetivo de "superar a marca" de massacres anteriores, tratando os assassinos como ícones. No caso do menino de 13 anos que matou uma professora em São Paulo, a inspiração veio dos

Foto: Imagem criada com os recursos de inteligência artificial do DALL-E



massacres de Columbine nos Estados Unidos (1999) e de Suzano, em São Paulo (2019). Por isso, não se deve divulgar o nome dos perpetradores e muito menos suas fotos ou vídeos de suas ações, porque é esse tipo de publicidade que eles buscam. Pelo contrário, o esforço de divulgação deve se concentrar nas vítimas e na dor dos familiares, amigos e colegas, com os atentados sendo descritos como atos de covardia. Depois de ignorar por muito tempo esse tipo de recomendação, alguns dos principais veículos de comunicação do Brasil passaram a adotar essa conduta.

Diante do absurdo e sem atenção às evidências, o senso comum imagina que os perpetradores sejam loucos, o que não corresponde à verdade, ainda que alguns deles sofram com depressão ou outros transtornos. A identificação dos perpetradores com os doentes mentais, entretanto, reforça o estigma social sobre as pessoas com sofrimento psíquico que, em sua esmagadora maioria, nunca serão autoras de atos violentos. Há, por certo, um processo de adoecimento social que prepara os atentados, mas ele diz respeito aos mesmos processos de radicalização que afetam, já há algum tempo, milhões de pessoas no Brasil dispostas a legitimar atos de violência, incluindo atentados terroristas e golpes de Estado, para alcançar objetivos políticos.

Há algumas medidas que podem auxiliar a prevenção de ataques a escolas, entre elas medidas arquitetônicas para o efetivo controle sobre o acesso aos prédios. O desafio mais importante a superar, contudo, é o de melhorar o "clima escolar", vale dizer: tornar a escola um ambiente mais acolhedor e inclusivo, capaz de prevenir o tipo de violência cotidiana e, muitas vezes, invisível entre os alunos. Em 2019, coordenei o processo de construção do Protocolo de Prevenção à Violência nas Escolas (PREVINE) para a Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Alegre, em um trabalho solicitado pelo então vereador Mauro Zacher (PDT). O protocolo, baseado nas evidências disponíveis sobre prevenção, sistematiza medidas práticas e exequíveis e segue disponível para auxiliar as escolas e os gestores interessados.

Sindicato dos Professores completa 85 anos neste mês

Aniversário do primeiro sindicato de professores do estado e um dos mais antigos do país será marcado com homenagens na Assembleia Legislativa e em Câmaras de Vereadores, concerto da Ospa e shows no interior

por Edimar Blazina



Reunião de comissão de 25 sócios-fundadores, que aprovaram o primeiro estatuto e a primeira diretoria do Sindicato dos Professores Particulares no dia 21 de maio de 1938

Criado em 21 de maio de 1938, no auge da era Vargas e cinco anos antes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) completa 85 anos neste mês de maio, com uma agenda de atividades em todo o estado.

Em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, o Sindicato será homenageado no Grande Expediente do dia 24 de maio, e a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) fará um concerto especial no dia 13 de maio. No interior, sessões solenes/homenagens nas Câmaras de Vereadores e uma programação do projeto Ecarta Musical estão na programação.

Os números que envolvem o Sinpro/RS nestes 85 anos evidenciam o seu tamanho e força de atuação. A entidade representa mais de 30,4 mil docentes, que atuam em 2.476 instituições de en-

sino privado em todo Rio Grande do Sul, da educação infantil até a educação superior. Deste total, o Sindicato tem como sócios 67,7% da categoria, fazendo com que figure entre uma das maiores bases de associados do país.

“O Sinpro/RS tem uma grande trajetória de luta e promoção da cidadania”, destaca o professor Erlon Schüler, diretor do Sindicato. “Foi uma das primeiras entidades sindicais a adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início da década de 1990.” Há mais de três décadas, a entidade atua no tripé Luta, Serviço e Cidadania.

O Sindicato dos Professores, destaca Erlon, nos últimos 35 anos é presença nas ruas, junto aos demais trabalhadores, nas lutas por salário, dignidade e, especialmente, por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

PRIMEIRA PARALISAÇÃO – Em 1985, houve o primeiro dia de

paralisação da categoria em Porto Alegre e nas principais cidades do interior, articulada pelo movimento oposicionista que crescia dentro do Sindicato e tensionava para que a entidade, que ainda mantinha um perfil assistencialista em sua gestão, se alinhasse aos anseios da categoria por melhorias salariais e direitos. Em 1987, ocorreu a primeira greve geral dos professores, o que viria a acontecer novamente em 1989 e 1990.

LUTA, SERVIÇO E CIDADANIA – Na década de 90, o Sinpro/RS adotou o conceito Sindicato Cidadão, atuando sobre o tripé Luta, Serviço e Cidadania. Foi nessa década que lançou o jornal *Extra Classe* (atualmente, com 44 prêmios de Jornalismo), o portal (www.sinprors.org.br) e o sistema de newsletter. Também, firmou convênios com planos de saúde e odontológico e com empresas, garantindo preços especiais para os associados, e lançou o Prê-

mio Educação RS. Nos anos 1990, filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

CULTURA E CIDADANIA – Nos anos 2000, inaugurou o Hotel Casa do Professor, o qual se transformou em uma alternativa econômica de hospedagem subsidiada aos professores na capital gaúcha, lançou a *Revista Textual* e instituiu a Fundação Cultural e Assistencial Ecarta.

PANDEMIA – O Sindicato precisou se reinventar. Passou a realizar assembleias e reuniões de forma virtual, aumentando de maneira significativa a participação de professores de diferentes regiões. Ainda nesse período, a direção do Sindicato lutou ativamente pela manutenção dos empregos e renda da categoria, bem como seu direito à saúde. O Sinpro/RS lançou a campanha Professores Solidários, para auxiliar docentes que perderam seus empregos em função da crise sanitária e para comunidades vulneráveis.

Confira a programação completa:

SESSÕES SOLENES/HOMENAGENS

Vacaria – 16 de maio, 17h30. **Novo Hamburgo** – 17 de maio, 14h. **Pelotas** – 17 de maio, 19h. **Porto Alegre** – 22 de maio, 14h. **Venâncio Aires** – 22 de maio, 19h. **Bento Gonçalves** – 22 de maio, 15h. **Bagé** – 22 de maio, 10h15. **Lajeado** – 23 de maio, 18h. **Santa Maria** – 23 de maio, 15h. **Passo Fundo** – 24 de maio, 18h. **São Leopoldo** – 24 de maio, 19h.

GRANDE EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do RS – 24 de maio, 14h.

ECARTA MUSICAL

Santa Maria – 3 de junho, 20h, show de Luciano Leães Trio, Theatro Treze de Maio. **Santa Rosa** – 17 de junho, 20h, show de 50 Tons de Pretas, SESC. **Novo Hamburgo** – 24 de junho, 20h, show de Luciano Leães Trio, Teatro Municipal Paschoal

Carlos Magno. **Lajeado** – 1º de julho, 20h, show do Duo Metapiano, Espaço Cultural Clínica Dr. Wilson Dewes. **Santa Cruz do Sul** – 15 de julho, 20h, show de 50 Tons de Pretas, Casa das Artes Regina Simonis.

OSPA

Concerto especial – 13 de maio, 17h, Casa da Ospa.

Sinpro/RS e sindicatos patronais ainda precisam ajustar prazos para reposição da inflação e outras cláusulas

O mês de maio iniciou sem acordo coletivo para os professores da rede privada do Rio Grande do Sul, mas com expectativa de conclusão das negociações e assinatura das Convenções Coletivas de Trabalho 2023 antes de junho. A data-base da categoria é 1º de março.

Até o fechamento desta edição, 3 de maio, ocorreram sete rodadas de negociação entre o Sinpro/RS e o sindicato patronal que representa as instituições de educação superior, o Sindiman, e oito com o Sinepe-RS, que negocia em nome das escolas de educação básica e da Ulbra.

Embora ambas as negociações indiquem reposição da inflação pelo INPC (5,47%), existe impasse nas formas de parcelamento e contrapartidas que os sindicatos patronais propõem, além de outras reivindicações dos professores ainda pendentes de debate.

Há expectativa de que os salários de maio sejam pagos já com o reajuste em junho.

EDUCAÇÃO SUPERIOR – De acordo com o diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr, na mesa de negociação da educação superior, com o Sindiman, a última reunião de abril foi marcada pela insistência patronal em flexibilizar direitos em troca da reposição salarial, em prazo elástico de parcelamento. Além disso, o sindicato patronal resiste em retomar a cláusula que antecipa parcela do 13º salário.

Outro ponto de difícil avanço tem sido a regulamentação das condições trabalhistas dos professores de EaD. Conforme levantamentos apresentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) aos seus representantes, há uma grande complexidade e diversidade de situações que inviabilizam uma norma.

O tema também não teve avanços na educação básica. A principal alegação patronal é que a regulamentação envolve, ainda, as empresas de plataformas de aprendizagem parceiras e as redes de ensino que são de âmbito nacional.

“Sobre essa questão do EaD, haverá uma ofensiva dos sindicatos junto ao MEC para uma regulamentação federal e demais órgãos normativos”, projeta Fuhr.

EDUCAÇÃO BÁSICA – Com relação à educação básica, a diretora do Sinpro/RS Cecília Farias relata que o Sinepe já concordou com a reposição integral da inflação e um pequeno aumento real de salários. “Mas o Sindicato ainda insiste que haja também um percentual para os professores da educação infantil e anos iniciais.”

Segundo ela, existe uma injustiça histórica no fato de esses do-

centes ganharem menos do que os demais. “Para o Sindicato, isso não faz sentido nenhum, uma vez que esses professores têm formação, muitas vezes até maior do que os docentes de outras etapas de ensino”, explica. Para Cecília, o fato de esses profissionais atuarem em uma faixa etária que exige muita sensibilidade e especialização já justifica a pedida.

Um destaque ainda em debate é a antecipação para 13 de outubro o feriado do Dia do Professor. “Os docentes estão com sobrecarga de trabalho e um feriado estendido contribuiria para o descanso e lazer dos profissionais”, defende Cecília.

Outra questão considerada importante que ainda está na mesa de negociação é a reivindicação do pagamento de algumas horas aos professores que atendem a estudantes com deficiência.

REVISTA TEXTUAL

Produção de chips, questão estratégica

A 32ª edição da *Revista Textual* já está em circulação. O ensaio de capa destaca a crise dos chips e o futuro incerto da fábrica de semicondutores do RS, em ensaio de Adão Villaverde. Também na edição, o neofascismo

na era digital, por Honor de Almeida Neto e Everton Rodrigo Santos; as condições de trabalho e o reconhecimento das professoras da educação infantil, por Margot Andras; os limites entre o contato corporal em uma dimensão pedagógica

e o assédio sexual na escola, por Silvane Isse; o financiamento das universidades, por Ney Lazari; e as responsabilidades do governo federal com a educação básica, por Gabriel Grabowski. A íntegra em www.sinprors.org.br.



APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Enfim... STF publica acórdão da revisão da vida toda

A publicação do julgamento do STF no tocante à **revisão da vida toda, no dia 13 de abril**, permitirá que todos os processos que estão suspensos possam ser julgados, adequando-se ao direito reconhecido pela Corte Constitucional.

Lembrando que a norma atacada determinava que a apuração da renda devida para o cálculo dos benefícios (aposentadoria, auxílios, pensões, etc.) tivesse como marco os salários de julho de 1994 até a data do início do benefício.

Na decisão, o STF entendeu haver direito dos beneficiários a incluírem todos os salários recebidos na vida profissional no cálculo, inclusive aqueles anteriores a julho de 1994, pois a regra permanente determina a apuração dos valores com este universo de remuneração.

O primeiro aspecto a ser lembrado, para aqueles trabalhadores que não entraram com a ação contra o INSS, é o prazo decadencial de 10 anos incidente sobre os benefícios. Assim, somente poderão pedir a revisão os titulares de benefícios concedidos após 2013.

Segundo tópico importante é o fato de não ser uma decisão que incida ou beneficie diretamente a todos, ou seja, os efeitos do julgamento somente serão alcançados pelos segurados que já entraram com ação, o que equivale dizer, para quem não entrou com demanda judicial, que deverá fazê-lo individualmente.

Outro fator relevante a se destacar é que nem todos os beneficiários terão direito à revisão. Neste sentido, é importante fazer o cálculo para apuração dos valores e da existência ou não de diferenças.

Somente os benefícios concedidos antes da Emenda Constitucional nº 103/19, de 13 de novembro de 2019, estão tutelados pelo julgamento, eis que, após a Emenda, a forma de cálculo foi modificada.

Em relação aos professores, o Sinpro/RS e Apaepers, antevendo o debate, antes mesmo de qualquer decisão, intentaram ação coletiva em favor de todos os seus associados, beneficiários do INSS, ação esta ajuizada em 2020, a qual agora deverá ser finalmente julgada e envolverá todos os associados, possibilitando, assim, a revisão dos seus benefícios.

Associação de ex-docentes da UniRitter encerra atividades com doação de R\$ 92 mil para o projeto Professores Solidários

por Marcia Anitta

Uma assembleia em meio à confraternização marcou o fim de uma associação que, por 40 anos, defendeu interesses trabalhistas, profissionais, serviu de espaço cultural e ampliação de conhecimentos para professores de Arquitetura que atuaram na Universidade Ritter dos Reis, hoje somente UniRitter. Mesmo assim, o ambiente naquele dia 25 de março não foi de tristeza, mas de alegria, pelo encontro de colegas que conviveram durante anos e tiveram muitas recordações para compartilhar.

A inicialmente Associação de Docentes da Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre chegou ao seu final como Associação de Ex-Do-centes (AeDFAUPA). Durante sua existência, teve de 60 a 70 sócios, sendo cerca de 30 engajados no seu cotidiano. Na assembleia para a dissolução, sua última diretoria colocou em votação o destino dos recursos financeiros. Foi decidido que R\$ 92 mil serão encaminhados



Foto: Igor Sperotto

A AeDFAUPA, durante mais de 40 anos, defendeu interesses trabalhistas, profissionais, serviu de espaço cultural e ampliação de conhecimentos para professores de Arquitetura que atuaram na UniRitter.

para o projeto Professores Solidários, do Sinpro/RS, o qual promove doações para professores desempregados, comunidades indígenas, instituições carentes, além de distri-

buição de cobertores para pessoas em situação de rua e máscaras para hospitais. O pouco recurso restante servirá para cobrir as despesas com a dissolução. "Temos

certeza que será um dinheiro bem aplicado pelo Sinpro", disse o professor Renato Marques Fernandes, primeiro-secretário da AeDFAUPA, que conduziu a assembleia.

Quatro décadas de luta por qualidade no ensino da Arquitetura

Ao redor de uma mesa, os ex-professores Julio Collares, Sergio Marques e Cairo Albuquerque da Silva lembraram de episódios emblemáticos da entidade que surgiu em 1983. Eles recordaram o início de tudo, quando intensos debates sobre a necessidade de alteração do currículo ocupavam as cabeças de professores recém-chegados, pensando em implantar novidades. Passaram a elaborar um seminário, bastante aberto, com a participação de docentes, estudantes e funcionários.

Hoje em dia, ao rememorem, concordam que foi muito significativa a convergência entre professores e estudantes para estabelecer um senso comum. E não há como esquecer a história recente, já no final da caminhada, em 2017, quando a UniRitter passou das mãos da família Ritter dos

Reis para uma rede internacional, a Laureate International Universities, que instituiu outra linha de ensino. Houve demissões em massa, atingindo especialmente os mais experientes, e o curso já não era mais o que foi sonhado e posto em prática.

Atualmente, a UniRitter pertence ao grupo Ânima Educação, conglomerado empresarial de capital aberto, que comprou, em 2021, todas as operações da Laureate no Brasil, o que inclui a UniRitter e a Fadergs, no Rio Grande do Sul.

"O início da Associação se deu por uma questão trabalhista", recorda David Léo Bondar, um de seus fundadores e presidente por diversas vezes. "No final dos anos 1970, o professor Cairo, que era um estudioso no ensino de arquitetura, foi convidado pela Ritter para tratar do novo currículo. Ele

tinha ideias novas, entre elas a de professores não acadêmicos, que fossem profissionais, atuantes na profissão. Cairo trouxe colegas para executar essa ideia, entre eles eu."

Passaram a lecionar na faculdade profissionais oriundos do Sindicato dos Arquitetos e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). "Uma das primeiras ideias foi organizar um seminário para modificar o curso, um novo currículo", conta. Em 1983, depois de muita conversa interna, o seminário foi feito e David Bondar tornou-se seu presidente.

"O resultado foi importante, mas também trouxe uma ebulição muito grande. O fundador da Ritter, Romeu Ritter dos Reis, não concordava com as modificações propostas conjuntamente por professores, estudantes e fun-

cionários. Ele até entrou em uma assembleia estudantil, foi vaiado, e se criou um clima de confronto," recorda.

Do conflito surgiu a necessidade de criação de uma associação, pois 10 docentes foram demitidos. "Como eram pessoas ligadas ao sindicato e ao IAB, imediatamente houve reuniões para reverter, com participação dos demitidos, apoio de quem ficou e também dos estudantes, que se propunham a uma greve se os professores não fossem readmitidos." Uma medida cautelar manteve os profissionais, mas no final a causa foi perdida. "Como era meio de semestre, seria um prejuízo enorme para o curso. Continuamos trabalhando e esperando a demissão em janeiro. Mas a organização dos alunos estava bastante forte. Acabou tudo se mantendo como estava", diz Bondar.

Origem da Associação: uma visão curricular e causa trabalhista

Fundada no segundo semestre de 1983, no começo, contava com poucos recursos, “mas era muito atuante como representação dos professores”, aponta Collares. Ela já demonstrou sua força quando todas as ações debatidas naquele seminário foram implementadas. “Aí começou o processo de uma escola que passou a ter prestígio nacional. Durante muitos anos, a Ritter foi reconhecida como uma das melhores faculdades de Arquitetura do país e também no Mercosul”, revela Cairo Albuquerque da Silva.

A Associação ainda tratava de questões como política pedagógica e acadêmica e, também, teve um papel cultural importante, ao criar cursos e promover eventos com a participação de arquitetos reconhecidos nos cenários nacional e internacional. Um orgulho deste grupo de docentes/profissionais: Cairo e Charles Hugaud foram os arquitetos da sede da UniRitter instalada na Rua Orfanotrófio. A estrutura arquitetônica foi premiada pelo IAB.

Porém, tudo se transformou a partir de 2017, com a compra da UniRitter pela rede internacional

Laureate. Houve demissões em massa e conseqüente enfraquecimento do curso oferecido pela outrora reconhecida Faculdade de Arquitetura. Foi nesse período que a Associação mudou para entidade de ex-docentes. “Não eram mais nossos valores, nossas políticas”, avalia Sergio Marques. “Já eram todos ex-professores, portanto, a Associação passou a ser dos ex”, complementa Collares.

Como Associação dos ex, dizem seus integrantes, a entidade ainda teve trabalhos bem importantes, especialmente do ponto de vista trabalhista, questionando as demissões. “Ganhamos tudo o que foi pleiteado”, revela Marques. Além disso, venceram ações por danos morais. A Laureate não opera mais no Brasil e, atualmente, o Ecossistema Ânima é a mantenedora da UniRitter.

O professor Daniel Pitta, que chegou a ser coordenador adjunto do curso, conta que sofria assédio da instituição que assumiu a UniRitter. “Meu sentimento é que eles não entendiam nada do negócio em que se meteram, queriam quantidade e inflaram a quantidade de alunos.”

Herança e história

Para o professor Cairo da Silva, a grande contribuição da Arquitetura/UniRitter foi “uma mudança radical na concepção do ensino de Arquitetura, com reconhecimento dos educadores. Nós não ensinamos nada aos alunos, nós incentivamos seus interesses e talentos”.

E, para os professores presentes na confraternização, a Associação tem uma história vitoriosa. Durou 40 anos, não por acaso. Então, é, além de tudo, uma celebração por ter sido tão longa e atuante, convergem Collares, Marques e Cairo.



Professor Cairo Albuquerque da Silva

Foto: Igor Sperotto



Atividade física online: Sinpro/RS convida você!

Realize onde você estiver!

As aulas online supervisionadas por educadores físicos são uma tendência e vieram para ficar, pois aliam bons resultados e muita praticidade e comodidade para o praticante.

Em casa, no parque ou durante uma viagem, nessa modalidade você escolhe onde preferir realizar a prática, necessitando apenas conexão de internet no seu celular.

Ativação corporal: apenas pare e faça!

A Ativação Corporal é uma proposta de exercícios descomplicados, com duração de 30 minutos, composta de alongamentos dinâmicos e suaves, exercícios posturais, de coordenação e equilíbrio, que visa minimizar os impactos do sedentarismo, dando qualidade e energia para seu dia a dia.

Faz bem. Anime-se!

Inúmeros estudos comprovam que exercícios regulares promovem bem-estar e estão relacionados à saúde física e mental.

Alguns benefícios da prática regular:

Combate a doenças crônicas

Menor incidência de doenças crônico-degenerativas, tais como: diabetes tipo II, osteoporose, hipertensão, entre outras.

Qualidade do sono

Dormir bem dá mais disposição, humor e energia.

Menos ansiedade e depressão

Substâncias calmantes e relaxantes são liberadas durante os exercícios.

Controle do peso corporal

Auxilia a controlar seu peso corporal.

Longevidade

Reduz o impacto e os efeitos da idade, aumenta a expectativa de vida com redução de incidência de doenças degenerativas.

Oferecemos para você e seus dependentes:

Aulas online em tempo real, via Facebook do Sinpro/RS, nas terças-feiras, das 19h às 19h30, e nos sábados, das 9h às 9h30.

Disponibilizamos uma plataforma digital com videoaulas de Yoga, Pilates, Treinamento Funcional, receitas light e muito mais. Tudo isso num clique. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes. www.somos.pacevida.com.br/sinprors

Se você reside em Porto Alegre, venha participar do MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada Orientada. Inscreva-se em: www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída



Denise Fritche, Diretora Técnica Para Consultoria Esportiva – Nº CREF: RS-002862



Foto: Igor Speratto

titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e diretor do Polo de Inovação Agroindústria do Café daquela instituição.

Mas café é um sinônimo de Brasil antes mesmo do futebol e do carnaval.

Exemplo disso é que no café A Brasileira, fundado no ano de 1905, Fernando Pessoa já tomava sua bica, versão portuguesa do expresso italiano.

Fama, de fato, relacionada às grandes produções que derrubaram os preços e popularizaram a bebida.

Hoje, cerca de quase cem anos do fim da era em que os ramos de café passaram a estampar tanto a bandeira do Império quanto o brasão da República, o “cafezinho” brasileiro volta a chamar a atenção.

Desta vez, não mais por aqueles que passaram para a história como os barões do café, mas nas mãos de pequenos agricultores familiares, que agregaram mais qualidade ao produto e um manejo com responsabilidade social e sustentabilidade.

O café nosso de cada dia: dos barões ao ecológico e sustentável

por Marcelo Menna Barreto

Cerca de 400 bilhões de xícaras por ano fazem do café a bebida mais consumida no mundo depois da água. Os números do setor falam por si: são 160 milhões de sacas produzidas, que resultam em 640 milhões de quilos de café torrado em todo o planeta. Um terço é café brasileiro. E, se no Brasil o café já foi sinônimo de elite, poder e monopólio, como na época da política do Café com Leite, nos dias de hoje, também pode ser associado à responsabilidade social, sustentabilidade, agricultura familiar, ecológica e aos movimentos sociais

Não é à toa que o café é celebrado em três dias: 14 de abril, Dia Mundial do Café; 24 de maio, Dia Nacional do Café, e 1º de outubro, Dia Internacional do Café. A data nacional tem boa justificativa. Apesar da origem etíope, um terço do café

do mundo é produzido no Brasil, maior consumidor e exportador.

A posição se mantém desde o século 19, apesar de, a partir dos anos 1980, ter uma concorrência maior.

Foi no período que ganharam fama grãos de países como Colômbia, Etiópia, El Salvador e

Honduras, conhecidos pela alta qualidade do grão.

“Entre outras coisas, por condições climáticas que obrigam colher a dedo”, explica o agrônomo Leandro Paiva, mestre e doutor em Cafeicultura pela Universidade Federal de Lavras, professor

A diversidade no protagonismo

Nessa história da evolução do café no Brasil, já não há mais grandes produtores envolvidos.

As grandes fazendas foram se dividindo após a morte de seus fundadores. E a cafeicultura, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), congrega em sua base micro e pequenas empresas que ocupam 82% do setor.

Paiva entende que, se as oligarquias foram importantes na divulgação do café brasileiro tempos atrás, hoje o fruto e o seu futuro para a economia nacional passam também pelos conceitos de sustentável, orgânico e especial.

Se, à época da ofensiva no mercado por países como a Colômbia, o plantio no Brasil ainda estava totalmente preso à venda por volume, o despertar desses nichos aqui já está incomodando muito outras nações produtoras do gênero. “Antigamente, a gente tinha quatro ou cinco regiões produtoras de volume. Hoje, tem catalogadas 34 regiões que

estão se especializando em cafés finos”, relata Paiva. De acordo com ele, nenhum outro país tem tantas localidades podendo oferecer experiências sensoriais distintas.

“A Colômbia, por exemplo, só tem três regiões que vão produzir sempre a mesma qualidade. Nós, com 34, podemos produzir café especial para o mundo inteiro com uma diversidade muito maior. Se formos à Bahia, há três regiões; em Minas, umas cinco; em São Paulo, umas três. Ou seja, se o comprador for só em um estado, ele encontra diversidade maior do que a encontrada na África inteira”, compara.

Apesar dos olhos de quem gosta de café estarem voltados à diversidade brasileira, o professor lembra que a grande indústria nacional continua focada no modelo de commodities (matérias-primas para exportação).

SEM AGROTÓXICOS – O pequeno produtor rural que busca mais qualidade em seu café “procura o momento certo da colheita, pega os frutos mais maduros, os limpa, lava ou descasca para poder ajudar no processo de secagem, que é mais lenta, mais elaborada, revirando o grão para ter uniformidade”, elenca Paiva.

É um processo que, além de melhorar a qualidade, também percorre pelas ideias do socialmente correto, do comércio justo e de sistemas agroflorestais que trabalham o café no sombreamento consorciado a outras culturas.

No mesmo conceito, se nas produções commodity o defensivo agrícola é aplicado preventivamente, lançado para evitar praga e doença, “quem quer fazer uma coisa mais correta monitora a lavoura e na hora que tem necessidade, vai lá e aplica somente a

quantidade correta”, pondera.

Assim, aliado aos demais cuidados para um café diferenciado, analisa, um ciclo virtuoso se fecha.

As informações nas certificações de produtos socialmente corretos “criam nichos de mercado e vendem mais. Apesar do custo maior, tem gente que busca isso”, enfatiza o professor.

REFORMA AGRÁRIA – Com produção na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rondônia, o Movimento dos Sem-Terra (MST) tem 10 mil famílias envolvidas na cultura.

Estão organizadas em quatro cooperativas e pelo menos 30 associações, conforme Daniel Mancio, coordenador nacional da Frente das Cadeias Produtivas do MST.

São cerca de 500 mil sacas/ano. A maioria desse café, lamenta Mancio, ainda não passa pela agroindustrialização e fica com atravessadores, que não agregam valor.

“Apenas 5% de nossa produção se transforma em café torrado e moído sob nossa concepção”, afirma.

Essa é uma das barreiras para o MST ampliar mercado. Superar passa por investimento em estruturas e capacidade de aquisição das safras. “Por isso, políticas públicas são importantes”, acentua ele.

Atualmente, o MST administra três marcas dos chamados Cafés da Reforma Agrária. Elas têm como canais de distribuição as redes Armazém do Campo do próprio MST, pequenos varejos nos estados produtores e parcerias estratégicas no desenvolvimento das marcas camponesas. Nas versões tradicionais, superior, orgânicos e, também, especiais são: Guaiú (MG), Terra de Sabores (ES) e Terra Justa (BA).

Mancio destaca que a orga-

nização da cadeia produtiva do café está vinculada à estratégia geral do MST, à produção de alimentos saudáveis com proteção ao meio ambiente.

É por isso que está sendo feita uma transição agroecológica que, além da questão ambiental, estimula a capacidade das cooperativas na agregação de valor em processos de intercooperação, os quais se apoiam na formação técnica e no enfrentamento dos desafios industriais, de mercado e investimentos.

MULHERES NO SELO – Leandro Paiva diz que a produção de cafés por movimentos sociais, como indígenas e do MST, “já existe há um bom tempo. Não é muita novidade, não”. Para ele, o que está acontecendo é que o trabalho está ficando cada vez mais notório.

Também já não é novidade produção com o caráter identitário de mulheres. É o caso do Café Feminino da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam), de Minas Gerais.

A cooperativa, que surgiu em 1980 via discussões ligadas à Pastoral da Terra da Igreja Católica, sempre teve uma participação feminina forte. Na Coopfam, o que iniciou a partir do grupo chamado Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (Mobi) culminou em 2020 no literal selo Café Feminino.

Flávia Penha, produtora que faz parte do Conselho Administrativo da Coopfam, recorda a gênese.

“Na realidade da região aqui, mulheres são protagonistas do seu trabalho no café. Seja junto do marido ou não, grande parte das cooperadas fazem toda a tarefa da roça. Nada mais justo de que ela tenha reconhecimento e venda o seu próprio café”, explica. Os pro-



dutores são o Orgânico Feminino e o Sustentável Feminino, que passam por uma rigorosa certificação interna. Hoje, 39 cafeicultoras se orgulham das 1.400 sacas da versão sustentável e das 420 do orgânico.

“Por enquanto, exportamos somente o Orgânico Feminino, que vai para os Estados Unidos e Suíça”, ao se referir às 230 sacas que saem anualmente da Coopfam.

FLORESTA – O primeiro café agroflorestal sustentável da Amazônia brasileira, ironicamente, leva o nome do município campeão de desmatamento naquela região: Apuí. Fruto da união de famílias que – originárias do Sul e Sudeste para um dos maiores programas de reassentamento da ditadura militar – ainda persistiam na cultura do café, ele surgiu em 2006.

A base foi identificar que os cafezais, ao crescer sombreado por espécies nativas, não só eram mais produtivos, como também ofereciam mais qualidade.

O empreendimento tem certificação orgânica, beneficia 77 famílias que recebem valores acima de mercado e mostra que cuidados com o meio ambiente podem ser mais rentáveis que a pecuária extensiva.

An advertisement for Família Previdência. On the left, a blue banner contains the text 'Aproveite o seu tempo sem preocupações.' Below it, another blue banner says 'Invista no futuro com o Família Previdência!'. At the bottom left, a blue banner says 'Ingresse agora!' followed by the website 'www.familiaprevidencia.com.br'. On the right, a woman with glasses and a white shirt holds a blue alarm clock. In the top right corner, the logo for 'FAMÍLIA PREVIDÊNCIA' is shown with the tagline 'Você precisa. Seu futuro merece.'. In the bottom right corner, it says 'INSTITUIDOR SINPRO/RS Sindicato Cidadão'.



Coletivo Poetas Vivos e o Galpão Cultural levam este movimento social para dentro das comunidades e alcançam jovens e crianças

Hip-hop, educação e consciência

por Douglas Glier Schütz

“É o terrorismo lírico revidando e resistindo! Poetas Vivos!”, é assim o grito de resistência do grupo que leva o *hip-hop* gaúcho para todo o Brasil. Formado por cinco jovens negros de Porto Alegre, o coletivo Poetas Vivos foi criado em 2018, por meio das rodas culturais da capital gaúcha, os *slams*, ou batalhas de poesia. O objetivo sempre foi o de potencializar e valorizar os jovens. A partir do seu trabalho, o grupo quer trazer inclusão e uma perspectiva diferente da realidade que essas crianças e adolescentes vivem diariamente.

São cinco anos de um trabalho que leva nos seus versos a história do povo negro e as vivências da periferia para dentro das escolas, universidades e espaços públicos.

O punho em riste com um lápis na mão, símbolo do grupo, confirma o que trazem as rimas cantadas ou recitadas nos *slams*. O *hip-hop* não é só um estilo musical, mas também uma cultura, é promoção de conhecimento.

Tratado como um movimento social, o *hip-hop* vem dos subúrbios de uma Nova York e uma Chicago dos anos 1970. O surgimento ocorreu pois os bairros periféricos sofriam com a pobreza, o tráfico de drogas, a violência, a ausência de espaços de lazer para as crianças e o racismo.

Ou seja, essa cultura urbana nasceu como forma de resistência. A pesquisadora e socióloga estadunidense Tricia Rose explica que o surgimento do *hip-hop* deu-se, também,

por conta da “destruição” de instituições que deveriam apoiar as comunidades, um abandono do governo.

“Esses grupos – que iniciam os movimentos – formam um novo tipo de família, forjada a partir de um vínculo intercultural que, a exemplo das formações das gangues, promovem isolamento e segurança em um ambiente complexo e inflexível. E, de fato, contribuem para as construções das redes da comunidade que servem de base para os novos movimentos sociais”, escreve a socióloga no trabalho *Um estilo que ninguém segura: Política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop*.

As cabeças por trás do Poetas Vivos, os MCs DaNova e Dickel, o Dj Ericão, Felipe Deds e Mariana

Marmontel, trabalham em quatro áreas. Na educação, promovem oficinas, intervenções poéticas e palestras em escolas e universidades. Por meio da literatura, trabalham os *slams*, os *saraus*, intervenções poéticas e publicações de fanzines e livros. A área musical possibilita o lançamento de sons, vídeos, shows musicais e realização de eventos. A quarta área, o empreendedorismo, trabalha com o lançamento de roupas e acessórios com lojas parceiras e a venda de livros e fanzines nos bares de Porto Alegre.

Essa ideia de comunidade, trazida por Tricia Rose, é percebida pelo coletivo. “Nós sentimos que nossos projetos estão transformando os sonhos, principalmente

da juventude, em realidade. Dentro das escolas e redes sociais, recebemos muitos retornos positivos dos professores e dos alunos, pedindo que voltemos aos espaços. Isso nos deixa de coração quente e inspirados para dar seguimento nesse projeto”, afirmam os integrantes do Poetas Vivos.

Nas redes sociais (@poetas-vivxs), é possível acompanhar uma parte do trabalho feito pelo Poetas Vivos e compreender que a arte criada tem um propósito e um comprometimento com a so-

cidade. É nas rimas, nos versos e nas estrofes das músicas que eles apresentam um discurso antirracista, antimachista, livre de preconceito e com consciência social.

“Um quadro negro contando a história de um branco, ainda me lembro a história da escravidão. Eu vivo no RS onde a adversidade é negada quando o preto e o gue-to são questão”, cantam no single ‘Primeiro Ato’, de 2019. O lançamento teve como objetivo empoderar a favela e exaltar a comunidade negra.

Os integrantes contam que a trajetória do coletivo não tem sido fácil. Apesar de contemplados com alguns editais públicos, como o Edital Criação e Formação, da Lei Aldir Blanc, e o Fumproarte, da Secretaria Municipal de Cultura, os artistas lembram que isso não é o suficiente.

“Sabemos o quão difícil foi fazer cada etapa, desde a escrita até a realização. Portanto, acreditamos que, para além destas formas de viabilização de verbas, é importante que haja também mo-

vimentações quanto à formação e capacitação para que jovens pretos e jovens periféricos possam estar acessando esses recursos”, sugerem os membros do coletivo.

Dentro dessas oportunidades que podem ser criadas e das trocas de conhecimento, o movimento está se mobilizando nacionalmente para celebrar os 50 anos do hip-hop no país. Em nome dos Poetas Vivos, Mariana foi escolhida como 5ª suplente para representar as necessidades, carências e demandas do Rio Grande do Sul.

Cultura que fortalece e dá esperança

A vinte minutos do Centro de Porto Alegre, no Morro da Cruz, o Galpão Cultural – Casa do Hip-Hop também oferece cultura à comunidade. Jaqueline Pereira, conhecida como Negra Jaque, é a coordenadora do espaço e explica que, a partir dos eventos que acontecem ali e nas atividades propostas, é possível ampliar a visão de mundo de quem mora no local.

Assim como os Poetas Vivos, os educadores do Galpão Cultural também fazem trabalhos em escolas. É por meio de oficinas de rima e dança que eles promovem o movimento do hip-hop.

Além disso, a aproximação com outros movimentos gera a poten-

cialização e valorização dos jovens da comunidade. Negra Jaque conta que, por meio de uma aula do Galpão, que ensina a arte da perna-de-pau, um dos alunos foi selecionado para participar do HONK! POA. O evento é um festival de fanfarras ativistas, que defende a ocupação das ruas como um processo de resistência coletiva e artística.

“Ele nunca tinha feito aula de perna-de-pau, mas no primeiro dia já se destacou, conseguiu aprender e foi convidado para participar do cortejo do Bloco do Beijo. Foi lindo ver ele participando das atividades e sendo fortalecido”, exalta a coordenadora do Galpão.

Com o Poetas Vivos não é dife-

rente, o slam já promoveu diversos momentos marcantes. O coletivo lembra que, em 2019, no Morro do Sereno, no Rio de Janeiro, após Felipe Deds ser campeão da 1ª edição do Slam do Sereno, um menino pediu ajuda para escrever uma poesia.

“A plateia inteira era só de crianças e adolescentes. Depois do slam, fizemos uma atividade com eles e, com o auxílio do Da-Nova, um menino fez um lindo texto. Logo ao finalizarem o poema, o garoto foi correndo mostrar para o irmão dele, que, infelizmente, estava trabalhando em uma biqueira (ponto de venda de drogas). Ali descobrimos a dimensão que nosso trabalho tinha”, contam.

A slammer Mikaela Coelho, conhecida como Mika, conta que o hip-hop serviu para trabalhar a sua identidade. Ela conheceu o slam em 2016, pela internet e recita desde 2018. “O contato com essa cultura me ajudou a me entender como mulher negra, pois, pra mim, minha cor chega antes do meu gênero nos locais. - O movimento - ajudou a moldar minha personalidade e a forma de me posicionar”, explica.

A artista participou do Festival Aquarela Preta, promovido pelo Poetas Vivos, e tem como planos para o futuro uma carreira com shows pelo país, sendo reconhecida nacionalmente pelo seu serviço e ganhando para fazer o que ama.

O futuro dos projetos

Mesmo com relatos positivos, promovendo trabalho com crianças e jovens e levando a cultura do hip-hop para dentro das comunidades, Negra Jaque explica que é necessário que o Galpão Cultural seja um espaço sustentável.

“Queremos ampliar as ações, principalmente nas escolas, e ter sustentabilidade. O espaço ainda vive

de campanhas para arrecadar fundos e doações.” No entanto, a coordenadora afirma que, para manter as portas abertas, “é necessário conseguir a estabilidade financeira”.

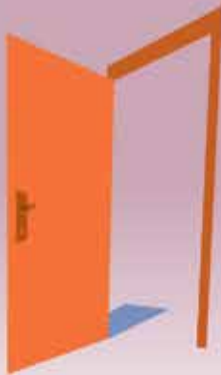
Hoje, a conta da internet, do gás e a ajuda de custo para os educadores geram um investimento mensal de quase R\$ 3 mil para o Galpão Cultural. Para conseguir

arrecadar todo esse valor, a organização criou a campanha #ChegaJunto. Assim, o espaço pretende continuar com as portas abertas e prosseguir mostrando o quanto a arte pode movimentar vidas. No Instagram do espaço (@galpaoculturalch2poa), estão todas as informações para quem desejar ajudar.

Para os Poetas Vivos, o ano


2023 é com foco no crescimento. O grupo quer investir na área musical, com shows em festivais, e criar os próprios espaços para que o público acompanhe cada vez mais os trabalhos produzidos.

Tudo isso sem abandonar as rodas culturais mensais e as performances que os artistas fazem nas ruas da capital diariamente.



Acolhimento, sigilo e atitude.
Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





FRAGA

Eu e a AI

Meu grande interlocutor por anos a fio, porém, foi um travesseiro. Ah, velho confidente de insônias

Até agora só uma vez puxei papo com o Chatgpt. Por quê? Dei um tempo de falar com objetos. Meus botões dizem que não me expresso mais como antigamente. Verdade. Talvez por isso que se fecham em suas casas. Ainda bem que troquei muitos deles por zíper e velcro, que têm assuntos melhores.

Já falei muito com pias. Sentia dó delas, atonetadas de louça, mal podiam respirar debaixo da pilha. Ah, tardes inteiras numa trela que escorria pelo ralo. Falávamos de tudo que dizia respeito à lavagem. Coisa teórica, claro, pois eu conversava de mãos nos bolsos. Depois me aborreci e não dei mais ouvidos ao bojo de aço inox.

Como a cozinha era perto da área de serviço, inventei de trocar umas palavras com a dupla vassoura e rodo. No início achei interessantes: eles tinham uma visão maior do mundo, a casa inteira. Eram capazes de discutir a poeira das estrelas a partir do pó acumulado durante semanas ou meses. Até que certo dia o espanador se intrometeu e disse que sentia pena de mim. Depenei-o e saí da área.

Daí experimentei papear com seres mais evoluídos, nascidos pra conversação. Me refiro às poltronas e sofás, sempre dispostos a ficar por baixo num bate-papo. Eu os encantava desfiando histórias de estofamentos elegantes, bem revestidos. Mas o que essa turma gostava

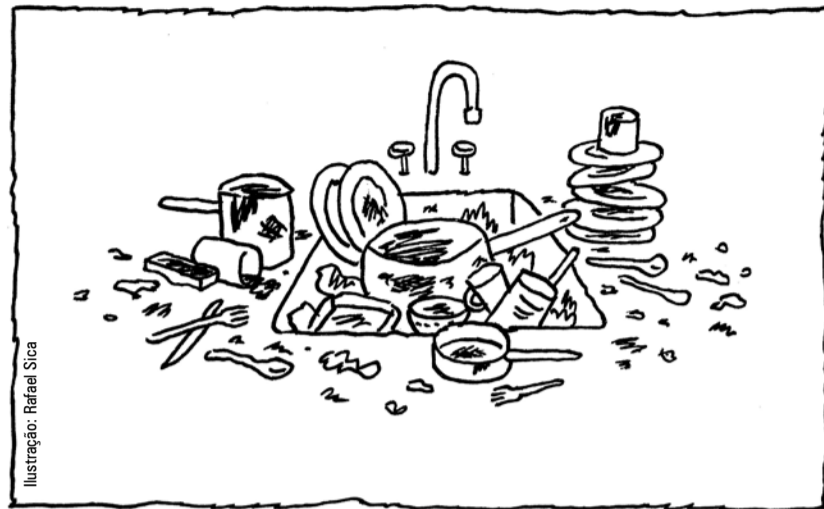


Ilustração: Rafael Sica

mesmo era quando eu relatava coisas picantes sobre a intimidade das almofadas. Acho que a maciez delas os excitava.

Na sala, o abajur piscava pra mim. Tentei entabular algo, mas percebi que as piscadas eram apenas oscilação da eletricidade. Deixei-o no canto dele, não ia ficar falando sozinho, eu hein. Os tapetes também queriam dialogar, com as suas lembranças de passos e pisadas, solas e saltos, sem falar de como o aspirador vivia tentando sexo oral com eles. Engraçados, mas não tinham a fibra do capacho, esse sim sempre coloquial nos breves momentos comigo diante da porta.

Meu grande interlocutor por anos a fio, porém, foi um travesseiro. Ah, velho confidente de insônias. Esse me compreendia, inclusive com conselhos pro dia seguinte. Apesar de ser um dos objetos mais descansados, era sagaz, aquele fofo. Ainda ouço sua voz abafada sob a minha cabeça.

Agora, após décadas de convívio com bons prosadores domésticos (sei que a maioria prefere falar com poste, outros com cachorro e gato ou plantas), surge essa tal inteligência artificial. Eu é que não vou me entregar a esse novo vício, esquisitíssimo, aliás. Conversar com uma máquina? Jamais. Podem pensar que sou doido.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





A Famosa Samanta

Gustavo já cansara de ouvir as histórias da Samanta que Suzaninha contava com os olhos brilhando



Ilustração: Edgar Vasques

– Quer dizer que eu finalmente vou conhecer a famosa Samanta... – disse Gustavo.

– Você vai amar a Samanta, Gu! – disse Suzaninha.

Suzaninha não parara de sorrir desde que recebera o telefonema da irmã dizendo que chegaria no dia seguinte e ficaria com eles. Samanta não era apenas sua irmã mais velha. Era o seu ídolo. Gustavo já cansara de ouvir as histórias da Samanta que Suzaninha contava com os olhos brilhando. Samanta fumando na mesa para desafiar o pai, e apagando o cigarro no pudim para escandalizar a mãe. Samanta namorando três ao mesmo tempo e tratando os namorados como empregados (“Homem só serve para carregar peso” era uma das suas frases). Samanta não apenas aderindo a todas as causas nobres como assumindo a liderança do movimento. Samanta mandando em todos à sua volta, e sempre conseguindo o que queria. Samanta brilhante. Samanta fantástica.

Samanta irresistível.

Gustavo não estava em casa quando Samanta chegou. Suzaninha abraçou a irmã, emocionada, mas Samanta a afastou, examinou seu rosto e sua roupa e decretou:

– Você está péssima.

– Você está linda!

– Esse seu marido não cuida de você, não?

– Cuida. Ele é formidável. Você vai ver.

E depois:

– Você vai amar o Gustavo, Sam!

Samanta dormiria numa cama de armar na salinha do computador do Gustavo, que desocupara uma das suas estantes para a cunhada pôr suas coisas. Depois de examinar todo o apartamento com uma leve expressão de nojo (“Pequeno, não é?”), Samanta se atirara numa poltrona, aceitara uma bebida (“Coca daí com uma rodela de limão e pouco gelo”) e passara a fazer um relatório de casa, onde, para resumir, continuava tudo a mesma merda, inclusive o pai e a mãe.

A novidade era ela. Samanta tinha um plano.

– Suzeca, decidi ter um filho.

– O quê?!

– Um filho. Você sabe, aquelas coisas que saem de dentro da gente e fazem barulho.

– Mas assim, sem mais nem menos?

Suzana queria dizer “sem casamento nem marido?”

– Sem mais nem menos, não. Será uma coisa muito bem planejada. Para começar, preciso encontrar o homem ideal. É para isso que estou aqui.

– Não era você que dizia que homem só serve para carregar peso?

– E segurar a porta. Era. Mas reavaliei meus conceitos. Também servem como reprodutores, até que inventem coisa melhor.

Segundo Samanta, só os mortos nunca mudavam de filosofia.

Samanta pôs-se a descrever o homem que procurava. O físico. O temperamento. O jeito de ser. O posicionamento político (“De esquerda, mas não muito”). E quanto mais Samanta falava, mais Suzaninha tentava controlar o pensamento que a assolava, o vazio no seu estômago que aumentava, a certeza que crescia. Mas não havia como evitar a conclusão aterradora: Samanta procurava um homem como Gustavo. E Samanta sempre conseguia o que queria.

Quando finalmente Samanta disse “Mas chega de falar de mim, me conte sobre você, Suzeca. Você sente muito a minha falta?” Suzana tinha decidido o que fazer. E quando Samanta comentou que Gustavo estava custando a chegar, que não podia esperar para conhecer o famoso Gustavo, disse:

– Eu me esqueci. Hoje ele tinha médico.

– Médico? Algum problema?

– Nada de mais. Quer dizer, é chato mas...

– Suzeca. Não me diz que...

Suzaninha fez que “sim” com a cabeça. Sim, era o que Samanta estava pensando.

– Disfunção erétil.

– Suzeca! Mas hoje existem esses remédios...

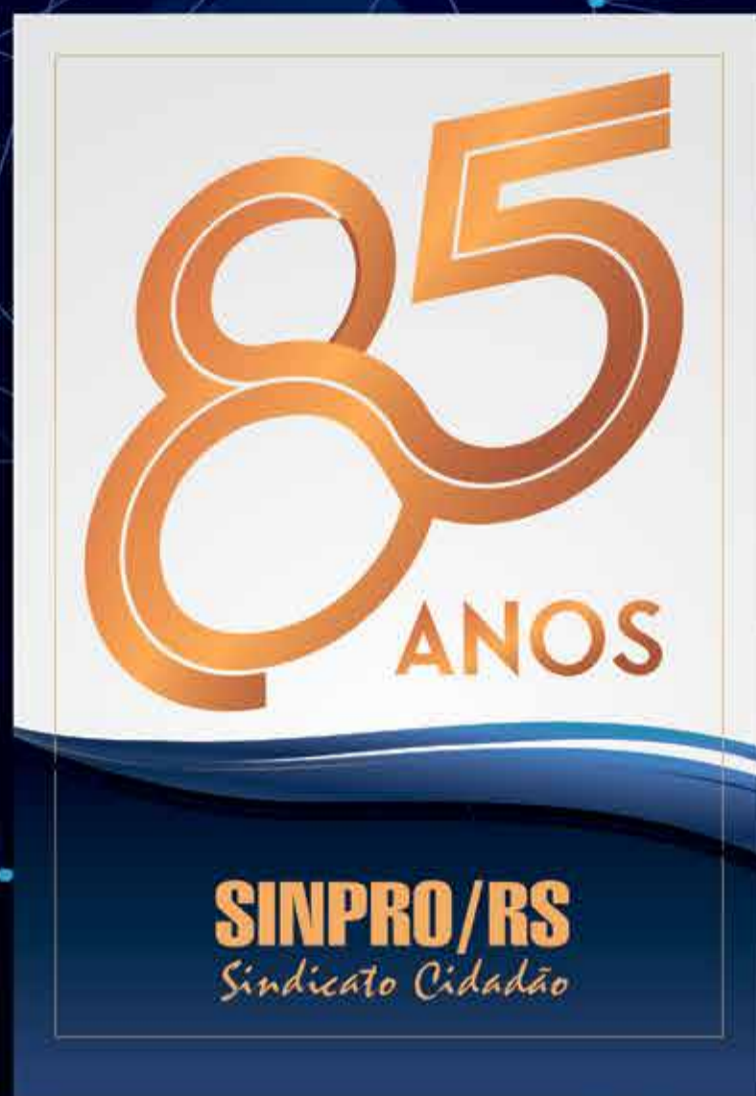
– Nada funciona com o Gustavo.

Quando Gustavo chegou, deu com as duas irmãs abraçadas no sofá, Samanta acariciando a cabeça de Suzaninha e dizendo:

– Suzeca, Suzeca...

Durante o jantar, Suzaninha viu Samanta examinando Gustavo e pensou: “Ela deve estar pensando ‘ele é tudo que eu queria, mas não serve, maldição, não serve, pobre da Suzaninha’”. E Samanta, examinando Gustavo, pensou: “Hmmm, essa disfunção erétil eu curo, ah se não curo”. Pois Samanta não apenas descobrira o reprodutor que queria, também descobrira outra causa nobre.

Suzaninha ainda a agradecerá.



85 anos de história e prontos para os desafios que vêm pela frente

Ao longo desta trajetória feita por professores e professoras, muita coisa mudou, menos o nosso propósito de estarmos sempre ao lado da educação de qualidade e na defesa dos interesses de quem ensina. Luta, serviço e cidadania nos trouxeram até aqui. Nos transformaram em um Sindicato que representa os docentes do ensino privado gaúcho, da educação infantil à educação superior, com atenção constante dentro e fora da sala de aula.

Parabéns a todas as professoras e professores que sempre foram os protagonistas desta história!